

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
CURSO DE HISTÓRIA

Ana Luiza Goularti Brunel

**O espaço como problema:** Uma proposta metodológica para o estudo do trabalho urbano  
fabril em Florianópolis durante a Primeira República (1896-1930)

Florianópolis

2021

Ana Luiza Goularti Brunél

**O espaço como problema:** Uma proposta metodológica para o estudo do trabalho urbano fabril em Florianópolis durante a Primeira República (1896-1930)

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação em História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Bacharel e Licenciada em História.

Orientador: Prof. Dr. Tiago Kramer de Oliveira

Florianópolis

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Brunél, Ana Luiza Goularti

O espaço como problema : Uma proposta metodológica para o estudo do trabalho urbano fabril em Florianópolis durante a Primeira República (1896-1930) / Ana Luiza Goularti Brunél ; orientador, Tiago Kramer de Oliveira, 2021.

71 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em História, Florianópolis, 2021.

Inclui referências.

1. História. 2. História Espacial. 3. SIG. 4. Florianópolis. 5. Fábrica de Pontas "Rita Maria". I. Oliveira, Tiago Kramer de. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em História. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ATA DE DEFESA DE TCC

Aos 15 dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um, às 9:00 horas, na sala por meio do ambiente virtual Google Meet, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelos seguintes membros, Prof. **Tiago Kramer de Oliveira** (Orientador e Presidente); Prof. **Paulo Pinheiro Machado** (membro); Profa. **Jéssica Duarte de Souza** (membro), designados pela Portaria Tcc nº 24/ HST/CFH/2021, a fim de argüirem o Trabalho de Conclusão de Curso da acadêmica **Ana Luiza Goularti Brunel**, intitulado: “**O espaço como problema: Uma proposta metodológica para o estudo do trabalho urbano fabril em Florianópolis durante a Primeira República (1896-1930)**”. Aberta a Sessão pela Senhor Presidente, a acadêmica expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, o mesmo foi arguido pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, ela prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas, pelos membros da banca as seguintes notas: Prof<sup>ª</sup>. **Tiago Kramer de Oliveira**, nota 10,0, Prof. **Paulo Pinheiro Machado**, nota 10,0, Profa. **Jéssica Duarte de Souza**, nota 10,0, sendo a acadêmica aprovada com a nota final 10,0. A acadêmica deverá entregar na Coordenadoria do Curso de Graduação em História em versão digital, o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, até o dia 22 de setembro de 2021. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pelo(a) candidato(a).

Florianópolis, 15 de setembro de 2021.



Documento assinado digitalmente  
Tiago Kramer de Oliveira  
Data: 15/09/2021 11:14:11-0300  
CPF: 002.401.621-70  
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof. (Orientador):.....



Documento assinado digitalmente  
Jessica Duarte de Souza  
Data: 15/09/2021 16:51:20-0300  
CPF: 070.534.149-65  
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof. (Membro):.....



Documento assinado digitalmente  
Paulo Pinheiro Machado  
Data: 15/09/2021 11:22:54-0300  
CPF: 415.676.840-68  
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Profa.(Membro):.....



Documento assinado digitalmente  
Ana Luiza Goularti Brunel  
Data: 15/09/2021 11:20:45-0300  
CPF: 101.392.769-98  
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

(Candidata):.....



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**  
Campus Universitário Trindade  
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina  
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto que o(a) acadêmico(a) **Ana Luiza Goularti Brunél**, matrícula n.º **17105378**, entregou a versão final de seu TCC cujo título é **“O espaço como problema: Uma proposta metodológica para o estudo do trabalho urbano fabril em Florianópolis durante a Primeira República (1896-1930)”**, com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa.

Florianópolis, 20 de setembro de 2021.

---

Orientador(a)

*Aos educadores que compartilhei com o mundo, João  
Luiz e Silvana.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço profundamente aos meus pais João Luiz e Silvana, por sempre me incentivarem e apoiarem minha educação. Estou longe de ser capaz de agradecer por tudo que vocês fizeram e ainda fazem por mim, mas é enorme o prazer que sinto em poder compartilhar o resultado desta jornada com vocês. Também ao Gabriel, por tudo, por ser irmão.

A Universidade Federal de Santa Catarina, a todos os envolvidos no processo de manutenção do campus universitário, os funcionários do RU e da BU, os setores administrativos, e todos mais que trabalham para à excelência do ensino gratuito, público e de qualidade. Também ao Departamento de História, ao Milano e a Cris, e a todos os professores e professoras que estiveram presentes durante meus anos de graduação e me guiaram até aqui.

Ao professor Tiago Kramer de Oliveira, por me ajudar a descobrir o espaço e as milhares de possibilidades que ele oferece. Pela orientação, paciência e incentivo. Pelos monólogos acadêmicos e emojis no Whatsapp. Sou eternamente grata pelo *Laboratório de Ensino de História: História da Cartografia e a Didática da História* e tudo mais que veio depois dele.

Aos membros da banca avaliadora, Paulo Pinheiro Machado e Jéssica Duarte de Souza, por terem aceitado o convite em participar e contribuírem para este trabalho.

Aos colegas do PET História, pelas conversas compartilhadas entre cafés e reuniões, pelo companheirismo ao longo dos três anos que fui bolsista do programa, e pela oportunidade de iniciar essa pesquisa no projeto *História do Planejamento Urbano de Florianópolis*.

As amigas e companheiras de curso, Kassia, Laianny e Sara. Agradeço pela amizade, por me acolherem com tanto amor, paciência e leveza.

Ao Cris, pela companhia carinhosa e paciente, sempre sabendo confortar as contradições e confusões que surgiram em todas as etapas de pesquisa e escrita deste trabalho.

A todos os amigos que fiz em Florianópolis, com quem tive o privilégio de primeiro descobrir e explorar o espaço urbano da Ilha, também pelas conversas e risadas, agradeço a: Arthur, Brunna, Bruno, Ítalo, Lorenzo, Lucas, Paulo, Renan, Sofia e todos os integrantes do “Jorge Sumiu”. Também a minha família em Florianópolis, Juliano, Katy e Ana Sofia, agradeço imensamente pelo acolhimento e por estarem sempre ao meu lado.

Aos funcionários do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Florianópolis, e todos os que trabalham para a manutenção da Biblioteca Nacional Digital e da Hemeroteca Digital Catarinense. É graças a estas pessoas, que colaboram para o livre acesso a fontes e documentos de pesquisa, publicações científicas e ao conhecimento de qualidade online, que esta pesquisa pode ser realizada de forma remota.

Agradeço também ao Instituto Carl Hoepcke e, novamente, a Jéssica Duarte de Souza por terem disponibilizado a documentação base para este trabalho.

## RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar as possibilidades de aplicação de referenciais teóricos e metodológicos da História Espacial para o estudo das relações de trabalho no ambiente urbano de Florianópolis na primeira república. Para isso, a pesquisa utiliza como fonte principal o Livro de Registro de Funcionários da Companhia Hoepcke que contém fichas referentes aos(as) trabalhadores(as) da Fábrica de Pontas “Rita Maria” entre os anos de 1896 e 1931. Utilizando do Sistema de Informação Geográfica (SIG) QGIS, foram produzidas imagens espaciais históricas que estabelecem os locais de moradia dos(as) trabalhadores(as) da Fábrica no espaço urbano de Florianópolis. Esses mapeamentos, alinhados à bibliografia e a outras fontes, permitem visualizar e integrar os(as) trabalhadores(as) a paisagem em mudança da cidade e as reformas urbanas que estavam ocorrendo nos anos finais do século XIX e início do XX.

**Palavras-chave:** História Espacial. SIG. Florianópolis. Fábrica de Pontas “Rita Maria”.

## ABSTRACT

This study aims to analyze the possibilities of applying theoretical and methodological references of Spatial History to the study of the urban environment of Florianópolis in the first republic. For this, the research uses as its main source the Employee Registry Book of the Hoepcke Company, which contains files referring to the workers of the Pontas Factory “Rita Maria” between the years 1896 and 1931. Using the System of Geographic Information (GIS) QGIS, historical spatial images were produced that establish the dwelling places of the factory workers in the urban space of Florianópolis. These mappings, in line with the bibliography and other sources, allows to visualize and integrate the workers in the changing landscape of the city and the urban reforms that were taking place in the final years of the 19th century and beginning of the XX.

**Keywords:** Spatial History. GIS. Florianópolis. Fábrica de Pontas “Rita Maria”.

## LISTA DE MAPAS

<b>Mapa 1</b> - Residência dos trabalhadores(as) da Fábrica De Pontas “Rita Maria” .....	31
<b>Mapa 2</b> - Residência dos trabalhadores(as) da Fábrica De Pontas “Rita Maria” (Ilha), em sobreposição a Hipótese de Zoneamento dos Antigos Bairros (1900).....	32
<b>Mapa 3</b> - Residência dos trabalhadores(as) da Fábrica De Pontas “Rita Maria” X Divisão por Sexo.....	36
<b>Mapa 4</b> - Residência dos trabalhadores(as) da Fábrica De Pontas “Rita Maria” X Faixa Salarial.....	39
<b>Mapa 5</b> - Residência dos trabalhadores(as) da Fábrica De Pontas “Rita Maria” (Data de Admissão 1890-1931) .....	42

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Trabalhadores(as) da Fábrica De Pontas “Rita Maria” Não Mapeados .....	33
<b>Tabela 2</b> - Faixas Salariais x Quantidade de Trabalhadores(as).....	38
<b>Tabela 3</b> - Data de admissão x Quantidade de Trabalhadores(as).....	43
<b>Tabela 4</b> - Família Oliveira.....	49
<b>Tabela 5</b> - Décimas Urbanas X Trabalhadores .....	51

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>2 SOBRE O ESPAÇO E A METODOLOGIA DA HISTÓRIA ESPACIAL .....</b>	<b>20</b>
<b>3 A PRODUÇÃO DE MAPAS HISTÓRICOS .....</b>	<b>27</b>
3.1 O LIVRO DE REGISTRO DE FUNCIONÁRIOS .....	27
3.2 OS MAPEAMENTOS.....	28
<b>4 FLORIANÓPOLIS A PARTIR DO ESPAÇO .....</b>	<b>45</b>
4. 1 A PASSAGEM DO ESTREITO .....	45
4. 2 IMPOSTO PREDIAL URBANO.....	50
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>54</b>
<b>FONTES.....</b>	<b>55</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>57</b>
<b>ANEXO A - Fotografia da ficha do trabalhador Manoel dos Santos Magano .....</b>	<b>61</b>
<b>ANEXO B - Trabalhadores da Fábrica de Pontas “Rita Maria” (1900) .....</b>	<b>61</b>
<b>ANEXO C – Listagem das residências dos(as) trabalhadores(as) da Fábrica de Pontas “Rita Maria” .....</b>	<b>62</b>
<b>ANEXO D – Residência numeradas de acordo com o Anexo C.....</b>	<b>65</b>
<b>ANEXO E – Área central de Florianópolis entre 1927 - 1929.....</b>	<b>66</b>
<b>ANEXO F - Área Central de Florianópolis entre 1908 – 1916.....</b>	<b>67</b>
<b>ANEXO G - Hipótese de zoneamento dos antigos bairros (1900).....</b>	<b>68</b>
<b>ANEXO H - Casas entre a Tronqueira e o Campo do Manejo, início do século XX .....</b>	<b>69</b>
<b>ANEXO I - Visão do trapiche Rita Maria, anos de 1920 .....</b>	<b>69</b>
<b>ANEXO J - Residência dos trabalhadores(as) da Fábrica de Pontas “Rita Maria” (Ilha), em sobreposição ao projeto para a rede de esgotos de Florianópolis (1913).....</b>	<b>70</b>
<b>ANEXO K - Transporte de pessoas entre a Ilha e o continente, início do século XX .....</b>	<b>71</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O interesse pela temática do espaço começou, inicialmente, no subprojeto *História do Planejamento Urbano de Florianópolis*, do PET História UFSC. O grupo, de 2019 a 2020, estudou a história dos espaços urbanos da Ilha de Santa Catarina entre meados do século XIX e começo do século XX, a fim de produzir conteúdo didático, interativo e virtual sobre a cidade. Dentre as leituras feitas sobre Florianópolis chamaram a atenção as descrições sobre a Fábrica de Pontas “Rita Maria”, especialmente as feitas por Eliane Veras da Veiga no livro “Florianópolis: Memória Urbana” (2010). Descrita como “uma das primeiras indústrias de vulto em Florianópolis”, a Fábrica de Pontas foi “provavelmente, a mais importante fábrica de pregos do país até o início da Segunda Guerra Mundial, quando entrou em declínio [...]” (VEIGA, 2010, p. 265-267).

Juntamente com a Fábrica de Rendas e Bordados, Fábrica de Gelo e a Empresa Nacional de Navegação, a Fábrica de Pontas “Rita Maria”, inaugurada em 1896, compunha o conjunto de empresas da Companhia Hoepcke, do empresário e imigrante alemão Carl Hoepcke<sup>1</sup>. Apesar da Companhia movimentar uma grande quantidade de trabalhadores(as) em Florianópolis (SOUZA, p. 29), é frequente que a bibliografia a respeito destas indústrias esteja associada a um enaltecimento da figura de Carl Hoepcke e a um discurso de empreendedorismo alemão no estado de Santa Catarina. São poucas as produções historiográficas a respeito dos(as) trabalhadores(as) fabris do complexo industrial Hoepcke.

Em vista disso, o intuito inicial desta pesquisa era realizar um estudo sobre os(as) trabalhadores(as) da Fábrica de Pontas “Rita Maria” entre os anos de 1896 e 1931. Pretendíamos, através do cruzamento de diferentes fontes, produzir mapeamentos das movimentações e interações que se estabeleceram entre a Fábrica, seus(as) operários(as) e o espaço urbano da cidade de Florianópolis. Entretanto, a pandemia de COVID-19 tornou o acesso a documentação difícil e limitado. Com o fechamento temporário dos atendimentos de arquivos públicos e privados, como o Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC), a Biblioteca Universitária da UFSC e o Centro de Memória do Instituto Carl Hoepcke (ICH), a

---

<sup>1</sup> Ver: REIS, Sara Regina Poyares dos; OLIVEIRA, Sandra Ramalho e; KLUG, João. **Carl Hoepcke**: a marca de um pioneiro. Florianópolis: Insular, 1999. 400 p. e MÜLLER, Max José. **Carl Hoepcke**: estruturador do desenvolvimento catarinense. Florianópolis: Insular, 2007. 103 p.

pesquisa teve acesso tardio as fontes e precisou se adaptar ao conteúdo que estavam disponíveis online, em especial na Biblioteca Nacional Digital e na Hemeroteca Digital Catarinense.

De toda forma, a partir dos documentos aos quais tivemos acesso, foi possível avaliar a aplicação de referenciais teóricos e metodológicos da História Espacial e seu potencial de contribuição para os estudos sobre o ambiente urbano de Florianópolis, dos mundos do trabalho e, em particular, dos(as) trabalhadores(as) fabris na Primeira República. Portanto, esta pesquisa é uma experimentação com o método histórico. Pesquisando no âmbito das humanidades através da utilização de ferramentas digitais, mantemos o foco em conceitos que definem a dimensão espacial, para a ampliação das possibilidades teóricas e metodológicas da pesquisa histórica sobre as relações de trabalho na cidade de Florianópolis.

Para isso, entretanto, é importante destacarmos alguns pontos principais de relevância para a compreensão do cenário urbano da cidade no período, especialmente no que diz respeito ao contexto político e social de Florianópolis durante as primeiras décadas do século XX.

Após a Proclamação da República, Lauro Müller, engenheiro formado pela Escola Militar, é indicado por Benjamin Constant para o posto de governador de Santa Catarina. Müller, ligado a política nacional, frequentemente deixou o cargo para assumir funções no Rio de Janeiro, entretanto sua influência na política local esteve fortemente ligada ao Partido Republicano Catarinense (PRC), fundado em 1897, juntamente com Hercílio Luz (GOULARTI FILHO, 2016, p. 115).

Os anos de 1898 a 1918, caracterizados pela influência de Müller sobre os governadores Felipe Schmidt, Vidal Ramos e Gustavo Richard, veem o surgimento da construção de estradas carroçáveis entre a capital e várias cidades do interior do estado, a construção de ferrovias a oeste, sul e no Vale do Itajaí, além de sistemas de esgoto, água, remoção de lixo e iluminação elétrica em Florianópolis. Entretanto, estas “modernidades urbanas” dependiam de grandes investimentos locais e tecnologias importadas, o que fazia com que a implantação de infraestruturas e serviços públicos se limitassem as ruas centrais do comércio e dos prédios administrativos, a disposição da classe política e comercial mais rica da cidade (SANTOS, 2009, p. 442).

A transição do século XIX para o século XX foi caracterizada por uma série de transformações substanciais no centro da cidade, tanto no aspecto físico quanto humano. Diversas ruas foram alongadas e as calçadas redefinidas, enquanto outras foram sendo criadas, como as ruas Rio Branco e Curitiba. Para transformar Florianópolis em uma "cidade

moderna", diversos prédios foram destruídos em 1910 após as disposições sobre desapropriações, por necessidade ou utilidade pública, municipal e estadual (NECKEL, 1993, p. 62).

Influenciadas pelas reformas urbanas e sanitárias em Paris, levadas a cabo pelo Barão Georges-Eugène Haussmann, prefeito da capital francesa entre 1853 e 1870, as novas normas sobre higiene e saúde passam a servir como modelo de “civilidade” para os brasileiros dos séculos XIX e XX. É sob a influência da teoria dos meios, ou dos miasmas, que as práticas sanitaristas e modificadoras do espaço urbano, vão sanear a paisagem na tentativa diminuir a transmissão de doenças, entretanto estas medidas não tinham como objetivo apenas controle higiênico, mas também, social e moral (MÜLLER, 2002 p. 19).

Neste período de transição de um país colonial a um país republicano, com as políticas higienistas articuladas pelas elites econômicas e intelectuais, que visavam seus interesses próprios, e “a modificação das relações de produção escravista para essencialmente capitalista, que se deu o impacto do movimento sanitarista no Brasil, com a implantação de políticas de reforma sanitárias em grande parte do território nacional” (MÜLLER, 2002 p. 28).

À medida que força do urbanismo sanitarista crescia, se multiplicavam as demandas pró-saneamento na imprensa, “junto a condenação de alguns comportamentos e costumes, os jornais anunciavam outros, mais modernos e progressistas na tentativa de propagar novos modos de vida” (NECKEL, 1993, p. 58). A alteração do espaço da cidade interferia nos hábitos e atitudes de seus habitantes, visando modificar seus modos de vida.

Após 1918, com a renúncia de Lauro Müller o cargo de governador de Santa Catarina, Hercílio Luz toma posse, precedendo Adolfo Konder e Flávio Aducci, também membros do PRC que vão assumir o cargo nos anos seguintes, até 1930 (GOULARTI FILHO, 2016, p. 116). É neste período que o movimento reformador urbano e a construção civil vão se intensificar, se tornando grandes suportes econômicos para a cidade de Florianópolis. A administração hercílita “remodelou a área central da cidade com obras que iam desde a simples ornamentação do lado superior da praça XV de Novembro [...] até a construção da primeira ponte de ligação com o continente” (MÜLLER, 2002, p. 104).

Em 1919, com a reorganização da Inspetoria de Higiene e a canalização do Rio da Bulha, para a construção da Avenida do Saneamento — posteriormente Avenida Hercílio Luz — se intensifica a desapropriação e demolição dos casebres e cortiços que se encontravam a leste do centro da cidade e da Praça XV de Novembro. O processo de transformação da cidade

realizado pela elite ao longo dos anos anteriores naturalizou as mudanças no espaço urbano da cidade, e com o avançar da segunda década do século XX, os argumentos de higienização e saneamento se transformam no desejo de “modernização”, “embelezamento” e “progresso” da cidade. (SANTOS, 2009, p. 607).

Esses “melhoramentos” do espaço urbano significaram para muitos dos habitantes mais pobre da cidade a perda de seus espaços físicos e afetivos, relativos e relacionais. Além disso ao propor soluções urbanas e arquitetônicas para problemas de ordem social, política e econômica (LEFEBVRE, 2001), as dinâmicas sociais de interação com espaço se alteraram, relegando-as aos morros e a periferia (NECKEL, 1993, p. 66 - 68).

A destruição de moradias, além de causar a migração de pessoas criou um grande problema econômico, já que uma série de novos regulamentos e exigências do governo dificultavam a construção de novas residências e a locação de quartos e casas já existentes (BORGHEZAN, 2014, p. 67). Além disso, o aumento da demanda também influenciava nos preços dos aluguéis, o que contribuía para o crescimento da especulação imobiliária nestas áreas centrais. Como a Ilha não oferecia estrutura para o deslocamento entre o centro e o interior, a mudança para os bairros mais afastados também não era uma alternativa para as pessoas que tinham sua fonte de renda em comércios no mercado público ou nos arredores da praça (BORGHEZAN, 2014, p. 68).

Entretanto é importante lembrar que estas constantes regulamentações, “ao mesmo tempo que indicam a intensidade das intervenções na vida urbana, apontam as transgressões, as desobediências, as normas então impostas e descumpridas” (NECKEL, 1993, p. 122). Resgatar os nuances e fronteiras da vida urbana é fundamenta para a compreensão das diferenças entre o espaço projetado, o espaço planejado e o espaço vivido.

Ao investigar os locais de residência dos trabalhadores da Fábrica de Pontas “Rita Maria” — através da metodologia da História Espacial — e considerando este contexto urbano da cidade de Florianópolis, na qual eles estão inseridos, podemos questionar não apenas os processos de produção e reprodução espacial, mas também suas relações com o mundo do trabalho durante a Primeira República.

Sendo assim, este trabalho está organizado da seguinte maneira: no primeiro capítulo, “Sobre o espaço e a metodologia da História Espacial”, discutimos o conceito de espaço, segundo David Harvey (2012, 2014 e 2015) e Henri Lefebvre (2001 e 2006), e a definição de História Espacial trabalhada por Richard White (2010). É com base nestes autores que

entendemos que o espaço não é simplesmente um cenário estático, mas sim um processo aberto, produzido pelos seres humanos ao longo do tempo, sendo em si histórico. A metodologia da História Espacial propõe o estudo do espaço e da experiência espacial através do movimento, e para isso, lança mão de ferramentas digitais e tecnológicas que possibilitam mapear diferentes dinâmicas de deslocamento pelo espaço. Tecnologias como os SIG (Sistema de Informações Geográficas), são capazes de funcionar como base de dados de informações geográficas, permitindo analisar, categorizar e relacionar informações em mapas, projeções espaciais, gráficos, etc. A utilização de programas SIG na pesquisa têm como suporte teórico os textos de David J. Bodenhamer (*et al*, 2010), Zephyr Frank (FREITAS, 2014) e, o já mencionado, Richard White (2010).

É importante destacar que apesar de a pesquisa ser um trabalho teórico e metodológico de história, ela se sustenta em seu caráter interdisciplinar a partir da utilização dos SIG. Isso significa que apesar de os mapas produzidos serem parte do conteúdo histórico da pesquisa, eles contêm limitações em função das dificuldades de se produzir de forma interdisciplinar em um trabalho individual. Também reconhecemos que as representações visuais estáticas estão confinadas a um espaço absoluto e não fazem justiça a dimensão relacional e relativa do espaço, mas a pesquisa não pretende ser um estudo final sobre História Espacial, ou sobre os(as) trabalhadores(as) da Fábrica de Pontas “Rita Maria”, e sim uma introdução a estes temas.

Considerando isto, no segundo capítulo “A produção de mapas históricos”, apresentamos a principal fonte de pesquisa, o Livro de Registro de Funcionários (ca. 1886-1920), pertencente ao Centro de Memória do Instituto Carl Hoepcke (ICH), que contém informações referentes aos(as) operários(as) da Companhia. É a partir destas fichas dos(as) trabalhadores(as) da Fábrica de Pontas “Rita Maria”, que produzimos mapas a partir de dados históricos. A apresentação e análise dos mapeamentos é intercalada com a bibliografia a respeito do espaço urbano de Florianópolis; as transformações espaciais ocorridas entre o fim do século XIX e o início do XX e, em especial, os trabalhos de André Luiz Santos (2009), Eliane Veras da Veiga (2010) e Jéssica Duarte de Souza (2016).

Por fim, no terceiro capítulo, intitulado “Florianópolis através do espaço”, nos aproximamos de duas possibilidades de pesquisas a partir das imagens espaciais desenvolvidas. Na primeira delas, através da análise dos jornais “O ESTADO: Órgão do Partido Federalista” e “REPÚBLICA: Órgão do Partido Republicano Catarinense”, é feita uma caracterização de como funcionava a passagem entre a parte continental e a Ilha, a chamada Passagem do Estreito.

Discutimos como os(as) trabalhadores(as) da Fábrica de Pontas “Rita Maria” estavam circulando por estes espaços de embarque e desembarque, fazendo parte do discurso em favor da implementação de melhorias urbanas na cidade e dos espaços relativos e relacionais da cidade. Na segunda aproximação, cruzamos as informações contidas no Livro de Registro de Funcionários a respeito de alguns trabalhadores da Fábrica com as listagens de Imposto Predial Urbano (Décimas Urbanas ou Imposto Predial).

Estas propostas de investigação histórica são introdutórias e também limitadas em função da dificuldade de acesso a fontes documentais, mas elas têm por objetivo investigar a aplicação dos mapeamentos produzidos para o estudo do espaço urbano de Florianópolis, sua relação com o mundo do trabalho fabril na primeira república e com os(as) trabalhadores(as) da Fábrica de Pontas “Rita Maria”.

## 2 SOBRE O ESPAÇO E A METODOLOGIA DA HISTÓRIA ESPACIAL

*Lugar e espaço* são termos que circulam amplamente em nosso vocabulário cotidiano, frequentemente tendo seus significados e sentidos adaptados a diferentes situações. Da mesma forma, sua utilização em contextos filosóficos e acadêmicos esbarram em problemas de definição conceitual.

Como sugere o geógrafo David Harvey em seu artigo “O espaço como palavra-chave” (2015), ao nos referimos ao espaço como “material”, “pessoal”, “social” ou “psíquico” — bem como quando construímos expressões como espaços de medo, do capital, da memória ou de experiência — os significados e aplicações de *espaço* se tornam difusos e indissociáveis de seus contextos e ultrapassam qualquer tentativa de significação genérica. Por esse motivo, tomaremos como ponto de partida para nossa investigação sobre o espaço urbano, e seus processos de transformação, uma reflexão sobre a definição de *espaço* e *lugar*, as relações teóricas entre o *tempo* e o *espaço* propriamente ditos e seus desdobramentos nos estudos históricos.

A partir de Harvey (2015, p. 128) e do ponto de vista geográfico, podemos organizar nosso entendimento do espaço a partir de três categorias distintas: espaço absoluto, relativo e relacional. O espaço absoluto é fixo e estruturado, podendo ser determinado a partir de medições, cálculos e planificações. Pode ser entendido como o espaço geométrico euclidiano, materializado na propriedade privada e unidades territoriais delimitadas. Entretanto, mesmo para medirmos o espaço em sua forma absoluta é necessário que façamos escolhas em relação às múltiplas geometrias que permitem o cálculo das propriedades de um espaço. Mesmo um espaço euclidiano pode ser representado através de coordenadas não cartesianas, portanto, a forma de medição de um espaço depende estritamente do modelo de referência e da escolha de teoria geométrica. Para Harvey (2015, p. 129) é a partir deste ponto que o espaço se torna relativo, ao medirmos um território considerando não apenas sua localização absoluta, mas seu caráter relativo de valor e memória, por exemplo.

Nesse sentido, é impossível que o espaço seja compreendido independentemente do tempo. Todos os espaços têm incorporados em si as histórias e acontecimentos que lá ocorreram; bem como os eventos históricos só podem acontecer em determinado local, porque o espaço absoluto possibilita que eles aconteçam e se desenvolvam, os fazendo únicos em tempo e espaço. Consequentemente, o significado do espaço, especialmente como lugar, está

sempre sendo construído por meio das várias disputas e acontecimentos que nele ocorrem (BODENHAMER, 2010, p. 16). Este é o centro da terceira e mais complexa categoria de Harvey, o espaço como relacional. Um evento ou objeto situado no espaço cria ao seu redor uma rede de diferentes relações internas e externas, que só podem ser entendidas através de seu próprio ritmo espaço-temporal relacional; ou nas palavras de Harvey (2015, p. 130), “processos não ocorrem *no* espaço, mas definem seu próprio quadro espacial. O conceito de espaço está embutido ou é interno ao processo.”

Entendendo que estas três categorias de espaço, ou melhor, de espaço-tempo, absoluto, relativo e relacional operam em conjunto e contraste, constantemente em tensão dialética, a problemática proposta por David Harvey deixa de ser “o que é o espaço?” e passa a ser “como diferentes práticas humanas criam e operam em diferentes concepções de espaço?”, pois “aquilo que nós fazemos, tanto quanto o que compreendemos é integralmente dependente do quadro espaço-temporal primário dentro do qual nós nos situamos” (HARVEY, 2015, p. 134).

A própria consideração do espaço e do espaço-tempo para a escolha de abordagens e referenciais teóricos remete a chamada “virada espacial”, principalmente as perspectivas teóricas francesas por volta dos anos 1970, em particular trabalhos como os de Certeau, Bourdieu, Foucault e Lefebvre que enfatizavam as relações de poder implícitas na paisagem e sociedade, através da linguagem e conceitos como os de lugar, “espaço social” e “espaço físico”<sup>2</sup>, “(re)produção espacial”<sup>3</sup> e metáforas espaciais como o “panóptico”<sup>4</sup> (GULDI, 2021).

Em especial, as categorias de espaço concebido, espaço percebido e espaço vivido do filósofo e sociólogo francês Henri Lefebvre são profundamente úteis para o entendimento da prática humana e suas relações *com* e *no* espaço-tempo, afinal elas dizem respeito à produção do espaço em si. Em sua obra “A produção do espaço”, de 1974, Lefebvre define estas três forças espaciais e as entende como sendo indissociáveis e em constante luta umas contra as outras, sujeitando, submetendo, sublimando e, eventualmente, transformando-se na dinâmica do espaço. A primeira destas forças pode ser entendida como as representações do espaço, é o “espaço concebido”, que pode ser planejado, instituído, imaginado pelos projetos dos arquitetos

---

<sup>2</sup> Ver: BOURDIEU, P. Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado. **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 27, n. 79, p. 133-144, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/68707>. Acesso em: 05/07/2020.

<sup>3</sup> Ver: LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. 4. ed. Paris: Éditions Anthropos, 2006. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins.

<sup>4</sup> Ver: FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: O nascimento da prisão. 42. ed. Petrópolis - RJ: Editora Vozes, 2014.

e urbanistas. A segunda força, diz respeito aos espaços de representação, é o “espaço vivido” através das imagens e símbolos, que a imaginação tenta modificar e apropriar, e acumula desejos, sonhos e memórias. A terceira força, finalmente, o espaço “percebido”, é a prática espacial, a realidade cotidiana, social e urbana (LEFEBVRE, 2006, p. 65-66). O que Lefebvre entende como espaço, e sua (re)produção, se caracterizam, portanto, como uma dinâmica social contínua, constituída em si por expectativas, desejos de mudança e ações práticas que se materializam nos lugares da paisagem.

É interessante pensar como as definições tripartites de Harvey e de Lefebvre, em tensionamento e ampliação dos significados dialéticos que o espaço e espaço-tempo podem tomar, nos ajudam “a definir certas condições de possibilidade para o engajamento crítico. Isso também nos abre caminhos para identificarmos reivindicações contraditórias e possibilidades políticas alternativas, além de nos incitar a considerar a maneira como moldamos fisicamente nosso meio e o modo como o representamos e vivemos” (HARVEY, 2015, p. 143). Em outras palavras, o repensar das relações ontológicas, epistemológicas e teóricas entre o *espaço* e *tempo* têm implicações em nossa concepção de realidade e, conseqüentemente, no desenvolvimento de uma consciência espacial, política, prática e que tem o potencial de ser emancipatória (SOJA, 2009, p. 18-20).

É nesse sentido que se alinha a noção de *direito à cidade*, desenvolvido por Lefebvre em seu livro publicado em 1968. O conceito lefebvriano de produção e reprodução do espaço reforça que a vida na cidade se concretiza num movimento dialético constante, “cada projeto de *reforma urbana* põe em questão as estruturas, as da sociedade existente, as das relações imediatas (individuais) e cotidianas, mas também as que se pretende impor, através da via coatora e institucional, aquilo que resta da realidade urbana” (LEFEBVRE, 2001, p. 113), portanto “apenas a força social capaz de se investir a si mesma no urbano, no decorrer de uma longa experiência política, pode se encarregar da realização do programa referente a sociedade urbana” (LEFEBVRE, 2001, p. 115). É isto que define o direito à cidade, o direito do sujeito urbano de viver a vida urbana, não só no sentido de liberdade, do habitat e do habitar, mas também no sentido de apropriação, renovação e transformação dos significados das práticas urbanas e dos processos de urbanização (LEFEBVRE, 2001, p. 134).

O próprio Harvey (2012, p. 74) define o direito à cidade como “o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. Além disso, é um direito comum antes de individual já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o

processo de urbanização”. Para Harvey, o tipo de cidade que queremos está relacionada a que tipo de pessoas queremos ser, e depende de um exercício coletivo de mudança e revolução sobre o processo de urbanização. O geógrafo destaca que, na sua perspectiva, o direito a cidade é “muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com nossos mais profundos desejos” (HARVEY, 2014, p. 28). Logo, o direito à cidade significa o direito à espacialização, de conexão entre os espaços de representação e os espaços concebidos e percebidos, a circulação e o movimento dentro do espaço-tempo relativo, absoluto e relacional.

A partir do momento que assumimos estes conceitos, propostos por Harvey e Lefebvre, para o estudo da experiência e prática espacial, novos questionamentos surgem: o que, operacionalmente, significa a experiência espacial e o que especificamente estamos estudando? Como a experiência espacial se conecta à produção do espaço? E, finalmente, como são construídas relações espaciais?

A palavra chave para responder a estas perguntas é, segundo o historiador Richard White, *movimento*. No projeto *The Spatial History* da Universidade Stanford<sup>5</sup>, White, com outros pesquisadores como Zephyr Frank, desenvolve estudos que são parte de um contexto de ampliação das ferramentas e das metodologias de pesquisa histórica que eleva o espaço à dimensão primordial ao entendimento de fenômenos passados. A metodologia da História Espacial busca lançar mão de ferramentas digitais e tecnológicas, do uso de computadores e das Humanidades Digitais, na tentativa de representar de forma dinâmica o movimento da produção e reprodução espacial (WHITE, 2010, p. 3-4).

As Humanidades Digitais, de acordo com José Borbinha e Dália Guerreiro (*et al*, 2014, p. 64), “englobam o conjunto de pesquisas e experiências que visam facilitar a utilização dos recursos digitais no âmbito das ciências sociais e humanas, tornando-os mais intuitivos e acessíveis”. Além disso, esta forma de trabalhar historicamente busca conciliar métodos e saberes utilizados nas humanidades com o mundo digital. As Humanidades Digitais devem ser pensadas como uma nova forma de resolver os problemas da investigação nas humanidades, mas sem perder o rigor teórico de pesquisa, à complexidade própria dos estudos sociais e humanos e mantendo as análises profundas em crítica e interpretação (GUERREIRO *et al*, 2014, p. 73).

---

<sup>5</sup> Mais informações em: <http://web.stanford.edu/group/spatialhistory/cgi-bin/site/index.php>.

Como destaca White (2010, p. 6), a visualização e criação de mapas na História Espacial têm de servir como meio de fazer pesquisa, de gerar perguntas que de outra forma passariam despercebidas e provocar narrativas estabelecidas sobre o passado. Nessa mesma perspectiva, Zephyr Frank (FREITAS, 2014, p. 379) enfatiza que essa maneira de fazer pesquisa histórica pode não apenas proporcionar descobertas que ampliam e contextualizam conhecimentos históricos já estabelecidos, mas também tem o potencial para o contar e escrever de uma nova história. Portanto, para criar imagens espaciais que sejam o ponto de partida, criadas de forma dinâmica e capaz de representar o movimento humano, de plantas, animais, bens e informações pelo espaço, os pesquisadores podem lançar mão do uso de tecnologias como os SIG (Sistema de Informações Geográficas, também GIS, do inglês Geographic Information System). De acordo com os geógrafos e pesquisadores Ian N. Gregory e Alistair Geddes (2014, p. 10, tradução nossa),

SIG pode ser pensado como um tipo de software que fornece uma maneira de representar recursos na superfície da Terra e um conjunto de operações que permitem ao pesquisador interrogar, manipular, visualizar e analisar essas representações. As representações, ou modelos de dados, combinam dois tipos de dados: atributos, que tradicionalmente se mantiveram numa tabela e tendem – ou talvez tendiam – a ser quantitativos; e dados espaciais, que localizam cada dado usando um ponto, uma linha, um polígono (que representa uma área ou uma zona), ou um pixel.<sup>6</sup>

Sendo capaz de funcionar como base de dados de informações geográficas, o grande apelo dos SIG é, para os historiadores, a habilidade de criar mapas dinâmicos e históricos, baseados em fontes, mas compatíveis com o espaço moderno e as convenções atuais de mapeamento (WHITE, 2010, p. 4). Neste sentido, estes mapeamentos não são necessariamente cartográficos, mas conceituais. Permitindo vários níveis de detalhamentos, eles não funcionam apenas como a tradução de uma fonte histórica para a visualização espacial, mas se somam ao documento como uma nova camada de detalhe. Além disso, “ao nos permitir ver o espaço e o tempo à distância, de maneira relativamente abstrata, os mapas nos mostram a dissolução e a cristalização de padrões que de outra forma seriam invisíveis em linhas de números ou mapas

---

<sup>6</sup> No original: To take this further, GIS can be thought of as a type of software that provides a way of representing features on the Earth’s surface and a suite of operations that allow the researcher to query, manipulate, visualize, and analyze these representations. The representations, or data models, combine two types of data: attribute data, which were traditionally held in a table and tend – or perhaps tended – to be quantitative, and spatial data, which locate each item of data using a point, a line, a polygon (which represents an area or a zone), or a pixel. (GREGORY *et al.*, 2014, p. 10)

estáticos baseados nos mesmos dados” (BODENHAMER, 2010, p. 12). O resultado desta combinação de geografia, história e teoria, associada a novas tecnologias e técnicas, permite criar um grande sistema de informações que une diferentes linguagens e representa, de maneira mais dinâmica e humana, a interseção de espaço e lugar, da produção e reprodução espacial (BODENHAMER, 2010, p. 7).

É preciso estar ciente, no trabalho com produção de imagens espaciais, que estes mapas e multimídias não falam por si mesmos. Os SIG são programas computacionais, e favorecem informações que possam ser gerenciadas e analisadas em bancos de dados tabulares e estruturados. David J. Bodenhamer, professor e pesquisador na área das humanidades espaciais, ressalta que os SIG “delineiam o espaço como um conjunto de coordenadas cartesianas com atributos vinculados à localização identificada, um conceito cartográfico, ao invés de um espaço relacional que mapeia as interdependências, um conceito social”<sup>7</sup> (BODENHAMER, 2010, p. 20, tradução nossa). Isso significa que ambiguidades, incertezas, nuances e singularidades, típicos da pesquisa histórica e do trabalho com fontes, que nem sempre são completas e precisas, não são completamente traduzíveis para os programas SIG. Também Zephyr Frank (FREITAS, 2014, p. 383) reforça que “existem espaços humanos que não possuem limites rígidos e que, portanto, são difíceis de serem transportados para um sistema como o SIG que requer exatidão”. Afinal, como muitas coisas na história não possuem limites espaciais definidos “é essencial sempre questionar a qualidade dos dados, a fidelidade da representação utilizada, os erros inerentes e se os mapas ou análises espaciais resultantes representam realmente o mundo que foi modelado”<sup>8</sup> (KEMP, 2010, p. 56, tradução nossa). É necessário, na produção de imagens espaciais e mapas nos programas SIG,

estar ciente de que existe erro, entender a qualidade e “adequação para uso” dos dados que estamos usando, tentar reduzir o nível de erro e incerteza em nosso trabalho tanto quanto possível e/ou determinar o efeito do erro provável por meio de análise de sensibilidade e ser honesto em como representamos a confiabilidade de nossos resultados. (KEMP, 2010, p. 56, tradução nossa)<sup>9</sup>

---

<sup>7</sup> No original: GIS delineates space as a set of Cartesian coordinates with attributes attached to the identified location, a cartographic concept, rather than as relational space that maps interdependencies, a social concept. (BODENHAMER, 2010, p. 20)

<sup>8</sup> No original: When working with GIS in the humanities it is essential always to ask questions about the quality of the data, the fidelity of the representation used, the inherent error, and whether the resulting maps or spatial analysis truly represent the world that has been modeled. (KEMP, 2010, p. 56)

<sup>9</sup> No original: The best we can do is be aware that error exists, understand the quality and “fitness for use” of the data we are using, attempt to reduce the level of error and uncertainty in our work as much as possible and/or

Finalmente, é importante ressaltar que para Richard White (2010, p. 1) uma das características únicas da pesquisa histórica no projeto *Spatial History Project*, e da metodologia da História Espacial, é o caráter colaborativo e aberto das pesquisas e projetos. Tanto as ferramentas SIG quando os dados produzidos em pesquisa se tornam parte de um bem comum acadêmico, podendo ser adicionados, subtraídos, retrabalhados e recombinados na investigação do espaço como pergunta problema.

A partir do entendimento do espaço como palavra-chave, e da História Espacial como metodologia de pesquisa, o caminho a ser trilhado nos próximos capítulos é o de problematizar o processo de produção e reprodução do espaço urbano de Florianópolis em sua relação com os(as) trabalhadores(as) da Fábrica de Pontas “Rita Maria”. A produção de imagens espaciais tem como objetivo explorar as técnicas da História Espacial e suas possibilidades de aprofundamento das circunstâncias que permeavam o cotidiano dos(as) trabalhadores(as) da Fábrica de Pontas “Rita Maria”, onde eles(as) se localizavam no espaço absoluto da cidade, e como suas existências se especializaram de forma relativa e relacional pelo espaço urbano de Florianópolis.

### 3 A PRODUÇÃO DE MAPAS HISTÓRICOS

#### 3.1 O LIVRO DE REGISTRO DE FUNCIONÁRIOS

Tendo em mente que as ferramentas SIG dependem de informações quantitativas e mapeáveis, a documentação para a análise e inserção no programa tem de conter dados objetivos e permitir a criação de mapas geográficos como resultado. Para isso, a principal documentação do trabalho, e que foi inserida no programa QGIS<sup>10</sup>, é o livro de Registro de Funcionários pertencente ao Centro de Memória do Instituto Carl Hoepcke (ICH). O Livro é composto por 108 fichas, cada uma correspondente a um trabalhador ou trabalhadora da Fábrica de pontas Rita Maria, e a um trabalhador da Fábrica de Gelos, também pertencente a Companhia Hoepcke. As informações contidas nestas fichas dizem respeito ao nome do funcionário(a), por vezes contendo uma foto, a data de admissão na Fábrica, data e local de nascimento, nome dos pais, estado civil, cargo, salário mensal, assinatura, registros de férias, algumas observações, e, em destaque para esta pesquisa, o local de residência de cada trabalhador(a).

É importante destacar que a fonte registra a admissão de trabalhadores(as) desde 1896, o ano de inauguração da Fábrica de Pontas “Rita Maria”, mas não existe nenhuma indicação do momento de abertura do Livro ou do preenchimento dos cadastros dos(as) funcionários(as). Jéssica Duarte Souza (2016, p. 36), que utilizou do Livro de Registro em sua monografia sobre a população negra no mercado de trabalho formal pós-abolição em Florianópolis, destaca que as informações contidas no Livro de Registro não foram estabelecidas pela empresa. O livro foi adquirido em uma livraria e indica a propaganda do estabelecimento marcada na contracapa da documentação, além disso é possível observar nas páginas das fichas (ver anexo A) que as informações a serem inseridas já estavam impressas nas páginas.

Ainda segundo Souza (2016, p. 37), é provável que o Livro de Registro tenha sido aberto em 1928, a fim de seguir a legislação sobre férias aprovada no Congresso em 1925 e regulamentada pelo Conselho Nacional do Trabalho em 1926. É por esse mesmo motivo que as fichas contêm também os dados sobre as férias dos(as) funcionários(as). O livro foi sendo preenchido retroativamente, compilando os cadastros dos(as) trabalhadores(as) já contratados pela empresa, e após 1928 passou a ser atualizado com os novos empregados. É interessante

---

<sup>10</sup> QGIS é o software livre SIG que foi utilizado para a pesquisa. O QGIS permite criar mapas a partir de camadas raster (imagens em pixel) e/ou vetoriais (pontos, linhas e polígonos).

apontar que o registro de admissões de mulheres no Livro começa apenas a partir de 1927. O último registro de admissão é de abril de 1931

Das 108 fichas contidas no Livro de Registro, 63 correspondem a homens e 45 a mulheres, e, apesar de algumas fichas conterem fotografias, não há espaço para a declaração de cor (ver anexo A). Mesmo assim, a partir de uma fotografia de 1900 (anexo B), que registra alguns trabalhadores em frente ao escritório da Fábrica de Pontas “Rita Maria”, é possível identificarmos a diversidade étnica e etária que fazia parte do cotidiano fabril.

Sobre os locais de moradia de cada trabalhador(a), não existe uma forma padrão de anotação no livro de Registro de Funcionários (ver anexo C). Das 107 fichas de trabalhadores(as) da Fábrica de Pontas, 46 têm suas residências identificadas apenas pelo nome da rua (ex: Rua Hoepcke, Rua Duarte Schutel, etc.). Ainda outros 47 endereços são registrados de forma mais específica, destes, 45 contém o número da residência (ex: Avenida Rio Branco nº 196, Rua Conselheiro Mafra nº 141, etc.), e 2 são registrados como o nome de um complexo residencial, a “Villa Aldo Luz” e a “Villa Nereu Ramos”<sup>11</sup>. Outras 13 pessoas têm em seus registros de endereço apenas seus respectivos bairros, estes sendo Estreito, Canto do Estreito, Coqueiros, Ponta do Leal e Saco dos Limões. Por fim, 1 endereço não é legível.

### 3.2 OS MAPEAMENTOS

O processo de produção dos mapas exigiu, no primeiro momento, a identificação de cada um dos endereços listados no Livro de Registro, no espaço absoluto da cidade de Florianópolis. Para isso foram utilizados recursos como o *Google Mapas*, pesquisa bibliográfica e em mapas do período. Para os logradouros que tiveram seus nomes alterados, ou mesmo deixaram de existir<sup>12</sup>, foram seguidas as equivalências toponímicas e descrições de arruamentos elaboradas por Eliane Veras da Veiga (2010, p. 443-451) e André Luiz Santos (2009, p. 102-111), e também o material disponibilizado pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano

---

<sup>11</sup> Verificou-se sobre a Villa Aldo Luz que se tratava de um conjunto de casas, localizadas à Rua Silva Jardim (REPÚBLICA, 1932, p. 2), “pertencentes aos herdeiros de José Satiro Oliveira Furtado” (REPÚBLICA, 1934, p. 6). Sobre a Villa Nereu Ramos, foram encontrados poucos registros, em sua maioria notas policiais (REPÚBLICA 1931, p. 4; O ESTADO, 1931, p. 6; 1935, p. 1), e que a localizam na Praia de Fora.

<sup>12</sup> A rua Lages, “situada entre a atual avenida Mauro Ramos, anteriormente chamada rua José Veiga e a rua Major Costa” foi fechada “em face da urbanização operada na mencionada zona” (FLORIANÓPOLIS, 1952).

de Florianópolis, o IPUF (IPUF, 2002). Entretanto, ainda assim, uma rua, lugar de habitação de um funcionário, não foi encontrada, a Rua dos Coqueiros.

Para o mapeamento dos locais de residência dos(as) trabalhadores(as) da Fábrica de Pontas “Rita Maria”<sup>13</sup>, foram levados em consideração apenas os endereços que continham rua, ou rua e número da residência (ver anexo C). Dos 93 endereços com ruas e números, 91 foram encontrados e mapeados<sup>14</sup> (ver anexo D<sup>15</sup>). Além disso, como o programa QGIS trabalha com dados georreferenciados, e foi necessário identificar as coordenadas geográficas<sup>16</sup> precisas e individuais de cada local, os endereços que não contêm número de residência foram distribuídos ao longo dos logradouros, a fim de possibilitar sua visualização no mapa, e estão destacados com uma simbologia diferente dos demais. Esta distribuição foi feita com base no mapa elaborado por Eliane Veiga (ver anexo E), o qual identifica as ruas da área central de Florianópolis entre 1927 e 1929, período já mencionado de possível abertura do Livro de Registro de Funcionários. Além disso, os endereços Rua Padre Roma, nº25; Rua Itajahy, nº12 (atual Rua Frei Evaristo) e Rua João Pessôa nº 165 (Estreito) são compartilhados por membros da mesma família<sup>17</sup>, e apesar de serem registrados no mapa separadamente, são identificados pelas mesmas coordenadas geográficas e, portanto, aparecem apenas como um ponto. Por fim, as informações contidas nas fichas dos(as) trabalhadores(as) foram separadas e combinadas em diferentes mapas para facilitar a criação das imagens espaciais e sua visualização, entretanto, todos estes dados e imagens são relacionais, precisam ser entendidos em conjunto.

Abaixo, são apresentados os dois primeiros mapas<sup>18</sup>. O primeiro deles mostra os locais de residência dos(as) trabalhadores(as) da Fábrica em sobreposição ao mapa elaborado por Eliane Veras da Veiga, da Área Central de Florianópolis entre 1908 - 1916 (ver anexo F). Em

<sup>13</sup> O trabalhador da Fábrica de Gelo, residente na Rua Hoepcke, não foi inserido nas tabelas e mapeamentos.

<sup>14</sup> Não foram encontrados o residente da Rua dos Coqueiros e a residente da “Villa Nereu Ramos”.

<sup>15</sup> Neste mapa não é possível a visualização de todos os números em função da escala do mapa.

<sup>16</sup> Um sistema de coordenadas geográficas tem a função de definir a localização de pontos superfície do globo terrestre. Existem diferentes sistemas de coordenadas (latitude e longitude, coordenadas cartesianas, altura média do nível do mar, etc.), por isso existem convenções para a definição de sistemas. Essas convenções são chamadas *datum*. No Brasil, o *datum* oficial do país, definido pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), é o SIRGAS 2000 (Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas, ano 2000). Mais informações, ver: BRASIL. Portal do Software Público Brasileiro. **Projeções Cartográficas Utilizadas No Brasil**. Disponível em: <https://softwarepublico.gov.br/gitlab/gsan/geosan/wikis/ProjecoesCartograficasUtilizadasNoBrasil#link-rodape>.

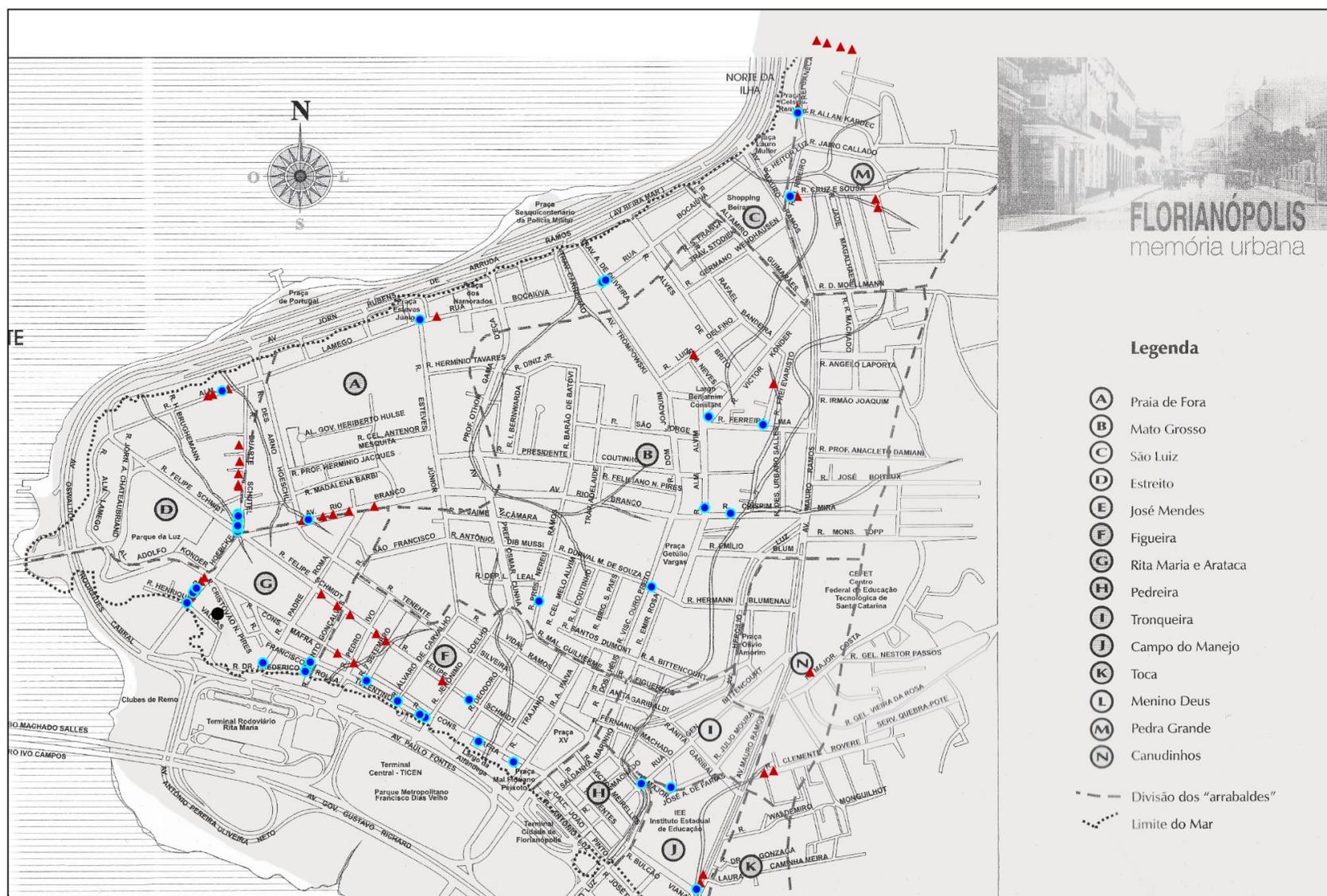
<sup>17</sup> O endereço Rua Padre Roma, nº25 é compartilhado por 5 pessoas e as Rua Itajahy, nº12 e Rua João Pessôa nº 165 (Estreito), por 2 pessoas cada.

<sup>18</sup> Estes mapas e todos os outros da pesquisa, foram desenvolvidos a partir de shapefiles disponibilizados pelo LABURB (Laboratório de Urbanismo) do Departamento de Arquitetura e Urbanismo - UFSC, que podem ser acessados em: <https://laburb.paginas.ufsc.br/category/arquivos-em-formato-siggis/>.

seguida, os pontos de residência estão sobrepostos a Hipótese de Zoneamento dos Antigos Bairros dos anos 1900, também produzido por Veiga (ver anexo G).



**Mapa 2** - Residência dos trabalhadores(as) da Fábrica De Pontas “Rita Maria” (Ilha), em sobreposição a Hipótese de Zoneamento dos Antigos Bairros (1900)



Fonte: Elaborado pela autora a partir do Livro de Registro de Funcionários [da Fábrica de Pontas Rita Maria (c. 1928-c. 1932)].

**Tabela 1** - Trabalhadores(as) da Fábrica De Pontas “Rita Maria” Não Mapeados

<b>Endereço</b>	<b>Trabalhadores</b>	<b>Trabalhadoras</b>	<b>Total</b>
Estreito	4	-	4
Canto do Estreito	1	3	4
Saco dos Limões	3	-	3
Coqueiros	1	-	1
Ponta do Leal	-	1	1
Praia de Fora (Villa Nereu Ramos)	-	1	1
Rua dos Coqueiros	-	1	1

Fonte: CENTRO DE MEMÓRIA INSTITUTO CARL HOEPCKE. Livro de Registro de Funcionários [da Fábrica de Pontas Rita Maria (c. 1928-c. 1932)].

É possível percebermos, observando o mapa e o levantamento dos trabalhadores não mapeados, que existe uma tendência de as residências mais distantes do centro de Florianópolis não contarem com identificação de rua ou número. Também chama a atenção que, dos bairros mencionados na tabela, os únicos que fazem parte da Ilha são o Saco dos Limões e a Praia de Fora. Nos lados leste e oeste da Praça XV, esses bairros, já no início dos anos 1900, eram locais de residência de diversas pessoas.

A expansão inicial, a leste e sudoeste do largo da Matriz, esteve principalmente associada aos serviços militares, hospitalares e religiosos estabelecidos naquela região. Além disso, ali as ruas mais antigas e habitadas contavam com a disponibilidade de fontes d'água e do rio da Bulha (VEIGA, 2010, p. 305). Esta área, no caminho para o Saco dos Limões, era dividida entre os bairros Pedreira, Tronqueira, Canudinhos, Campo do Manejo e Toca, e concentravam as casas de porta e janela e em pior estado de conservação (SANTOS, 2009, p. 79).

As casas de porta e janela e cortiços dos bairros da Tronqueira e do Campo do Manejo (ver anexo H) são descritas como “espécies de colmeias”, quartos e cubículos habitados por muitas pessoas (VEIGA, 2010, p. 107). Segundo André Luiz Santos (2009, p. 90-95), conforme a cidade se desenvolvia, e as diferenças sociais aumentavam, a Tronqueira se tornou um caminho periférico, para fora da cidade, onde se localizaria cada vez mais a população pobre. Lá “viviam as lavadeiras da Fonte Grande, escravas libertas ou que tinham permissão para morar fora da casa de seu dono, soldados, que serviam no Quartel do Campo do Manejo,

escravos libertos, trabalhadores braçais, prostitutas e os recém chegados à cidade, pobres que procuravam os cortiços” (SANTOS, 2009, p. 95).

No mapa em sobreposição à Hipótese de Zoneamentos, podemos identificar em torno de oito pontos de residência espalhados por estes bairros, com a maioria das residências nas margens do Campo do Manejo. Impactados pelos discursos, práticas e interesses higienistas e sanitaristas, articuladas pelo governo republicano, estas áreas e bairros vão ser diretamente atingidos pelas reformas urbanas e sociais da Ilha, e desaparecer rapidamente do espaço da cidade (ARAÚJO, 1989, p. 22).

Em contrapartida, o lado oeste da região central, inicialmente foi caracterizado por seu acesso limitado em função da dificuldade de acesso através de elevações e colinas rochosas, a concentração dos atracadouros das embarcações que faziam a travessia para o continente e o antigo cemitério do Estreito (VEIGA, 2010, p. 305). É por ali que se fazia o contato com a baía Norte, conhecida como Praia de Fora, e se localizam os bairros do Estreito da Ilha, Rita Maria e Arataca, na ponta meridional da Ilha.

No final do século XIX, ligadas ao porto, começam a surgir, nesta área, oficinas manufatureiras e atividades industriais (VEIGA, 2010, p. 280), e é nessa região que se insere a Fábrica de Pontas, Gelos, a Fábrica de Rendas e Bordados e também a vila operária da Companhia Hoepcke, local em que se concentram em maior número as residências de seus(as) trabalhadores(as), especialmente as ruas Hoepcke e Duarte Schutel. “Esses complexos de edificações, diferentes e inusitadas, foram aos poucos transformando a paisagem existente, introduzindo a silhueta de galpões e das chaminés, o traçado geométrico das vilas e a nova disposição e detalhes construtivos das suas pequenas residências” (VEIGA, 2010, p. 282).

Os bairros Rita Maria e Arataca eram ocupados pelos os navios da Companhia Hoepcke no trapiche Rita Maria, bem como das casinhas geminadas de porta e janela que compunham a vila operária, perpendiculares à linha do mar (ver anexo I e J). A vila operária, ou a casa na vila operária, fazia parte, não só de um processo urbano e imobiliário, mas também de movimentação e concentração da mão de obra, produção e consumo (BLAY, 1985, p. 11). Quando a casa é ofertada ao trabalhador como uma forma de salário não pago, ela tem um valor de uso e troca que se espacializa não apenas no espaço absoluto da moradia, mas também nas relacionais que estabelecem a partir dela. A situação das vilas operárias cria um vínculo entre contrato de trabalho e moradia (BLAY, 1985, p. 187), mas também estabelece a proximidade entre os(as) trabalhadores(as) fora do ambiente operário, interferindo nas relações

interpessoais, de comunidade e apadrinhamento, além de configurar na própria relação do(a) operário(a) com o espaço de seu bairro e cidade.

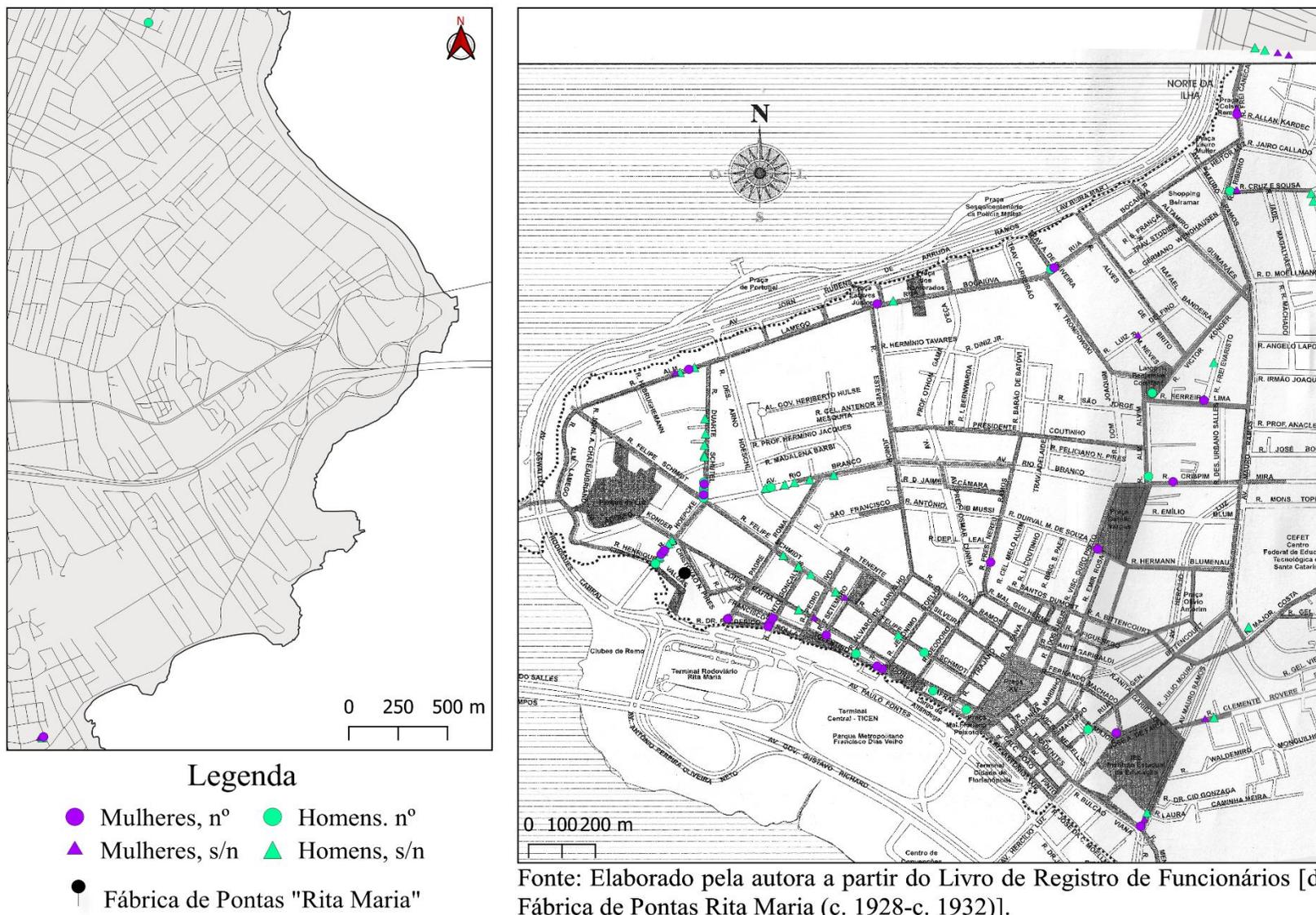
No estudo “Os sentidos da comunidade: notas para um estudo sobre bairros operários e identidade cultural” (2002), Adriano Luiz Duarte chama atenção para o fato de que ao trabalharmos um bairro é preciso levar em consideração não apenas seu lugar absoluto na cidade, sua divisão administrativa e burocrática, mas também suas especificidades relativas e relacionais. Em especial, ao questionar o sentido de comunidade que pode se formar em um bairro, Duarte atenta para a existência de “redes que conectam pessoas a lugares – sindicatos, partidos, associações – e, ao fazê-lo, solidificam os laços constitutivos de identidades coletivas, seja de trabalhador seja de morador” (DUARTE, 2002).

Um exemplo dessa conexão entre trabalho, moradia e comunidade está nas várias relações de parentesco encontradas entre os(as) trabalhadores(as) listados nas fichas. É frequente os registros de entrada de filhos e filhas de operários(as) já registrados, como no caso de Jacob Willaim, admitido em 1923 e residente na Rua Hoepcke, que três anos após sua contratação conseguiu emprego para seu filho Horato Willaim, admitido com 16 anos de idade, ou Estaneslau Mirasky, imigrante polonês, admitido em 1897 com casa na rua Duarte Schutel e pai de Felix Mirasky, menino admitido em 1921, com 15 anos de idade. Através de uma pesquisa nominal no sistema de busca da Biblioteca Nacional Digital, também foi possível encontrar trabalhadores como Carlos Buch e Francisco Fiedler filiados a sociedades de atiradores, participando de eventos e ganhando premiações (O DIA, 1903, p. 2; 1904, p. 1), ou associados a irmandades religiosas, como é o caso de Felix Manoel dos Santos, residente da Rua Araranguá, admitido na Fábrica em 1900 e membro da mesa administrativa da Irmandade de Nossa Senhora do Parto (O DIA, 1911, p. 1).

Para além disso, é difícil fazer afirmações a respeito de como era a vida cotidiana dos(as) trabalhadores(as) e sobre o funcionamento interno da Fábrica, afinal estas informações não estão presentes no Livro de Registro de Funcionários. Mas ainda assim podemos propor perguntas. Como a moradia interferia na relação de trabalho? Como ela se relaciona com as movimentações e estratégias de sobrevivência dos(as) operários(as) pelo ambiente da cidade?

Como forma de aprofundar estes questionamentos e visualizar de forma relacional e complexa a distribuição destas pessoas pelo espaço absoluto urbano da cidade, podemos elaborar mais imagens espaciais combinando os diferentes dados contidos no Livro de Registro. No mapa abaixo os(as) operários(as) da Fábrica estão divididos por sexo.

**Mapa 3 - Residência dos trabalhadores(as) da Fábrica De Pontas “Rita Maria” X Divisão por Sexo**



Como já mencionado, do total de 107 fichas de trabalhadores(as) da Fábrica de Pontas “Rita Maria” contidas no Livro de Registro, 63 correspondem a homens e 45 a mulheres. No mapa acima estão mapeados 53 homens e 39 mulheres.

Nota-se que o grupo masculino está em maior número concentrado nas ruas Hoepcke, Duarte Schutel, Felipe Schmidt e Avenida Rio Branco. Isso pode se dar, como aponta Eva Blay (1985, p. 159), pelo fato de que “indústrias mais complexas, com maquinário mais sofisticado, passam a depender de especialistas que solucionem rapidamente problemas técnicos surgidos, os quais são capazes de interromper todo o fluxo de produção”. Em nota do jornal República em 1896, o maquinário da Fábrica é descrito como:

diversos mecanismos movidos por um motor de força de 10 cavalos, constam eles de máquinas para o fabrico de prego, tres para burnição, uma serra mecânica para o corte de madeira necessária aos caixotes para o bom acondicionamento dos pregos e de uma pequena máquina, movida a mão, para cortar o material para o fabrico de caixa (sic). (República, 1896, p. 1)

Além disso, o Estado publica que

para poder satisfazer aos pedidos que lhe são feitos, a fábrica tem necessidade não só de aumentar o seu pessoal, como também o número de máquinas, e segundo nos informam, os seus proprietários já pensam nesses melhoramentos, podendo então se trabalhar com regularidade dia e noite (sic). (O Estado, 1896a, p. 1)

Portanto, é provável que a distribuição residencial do grupo masculino da Fábrica se encaixe nesta lógica de valorização e necessidade de serviço técnico constantemente disponível. Por fim, os endereços mapeados correspondentes aos funcionários homens, tendem a ser compostos apenas pelo nome da rua, sem informação de número.

Em contraste, o grupo feminino se encontra mais homogeneamente espalhado pelo espaço da cidade, mas seus endereços estão mais completos, além dos nomes das ruas, quase todas as fichas registram o número da habitação. Uma possível explicação para isto, é o fato de que, como já mencionado, as entradas femininas no Livro de Registro se iniciam apenas em 1927, com 27 trabalhadoras sendo registradas apenas neste ano, enquanto o restante das funcionárias tem suas entradas registradas entre 1928 e 1931. A proximidade temporal destas admissões com a provável data de abertura do Livro pode ter facilitado o registro mais detalhado das informações de residências nas fichas femininas.

Outro fator que pode estar relacionado à maior dispersão do grupo feminino pelo espaço da cidade é que as mulheres registradas no Livro são, em sua grande maioria, solteiras. Além de Jovina F. Rodrigues, Alda Valgas e Olydia Cardoso, registradas como viúvas e entre as

trabalhadoras mais velhas do estabelecimento<sup>19</sup>, Maria Eliza Tavares, empacotadeira admitida em 1929, é a única mulher casada. É comum nos registros femininos as observações contidas nas fichas indicarem retirada do emprego “por livre e espontânea vontade”, ou “saída para casar”, o que pode indicar que estas mulheres saíam de seu trabalho e de suas casas após o casamento. Essa tendência, de acordo com Regina W. C. Lira (2018, p. 50) também pode ser observada nas trabalhadoras da Fábrica de Rendas e Bordados Hoepcke. Isso não significa dizer, entretanto, que estas mulheres não atuaram de outras maneiras, formais ou informais, no mercado de trabalho. Desde o século XIX, mulheres libertas, livres e escravizadas, exerciam trabalhos como lavadeiras, vendedoras e quituteiras e se inseriram na organização urbana, social e comercial da Ilha<sup>20</sup>.

Considerando estas informações de distribuição dos locais de moradia e de divisão por sexo entre os(as) funcionários(as) da Fábrica, podemos ainda levar em consideração o salário mensal registrado em cada ficha. Para o mapeamento destas categorias, os(as) trabalhadores(as) foram agrupados conforme a tabela abaixo<sup>21</sup>.

**Tabela 2 - Faixas Salariais x Quantidade de Trabalhadores(as)**

Grupo	Faixa Salarial	Total Trabalhadores	Total Trabalhadoras
A	0 - 50 mil réis	-	6
B	50-100 mil réis	5	39
C	101-150 mil réis	10	-
D	151 - 200 mil réis	37	-
E	201 - 250 mil réis	5	-
F	251 - 300 mil réis	2	-
G	301 - 350 mil réis	1	-
H	500 mil réis	1	-

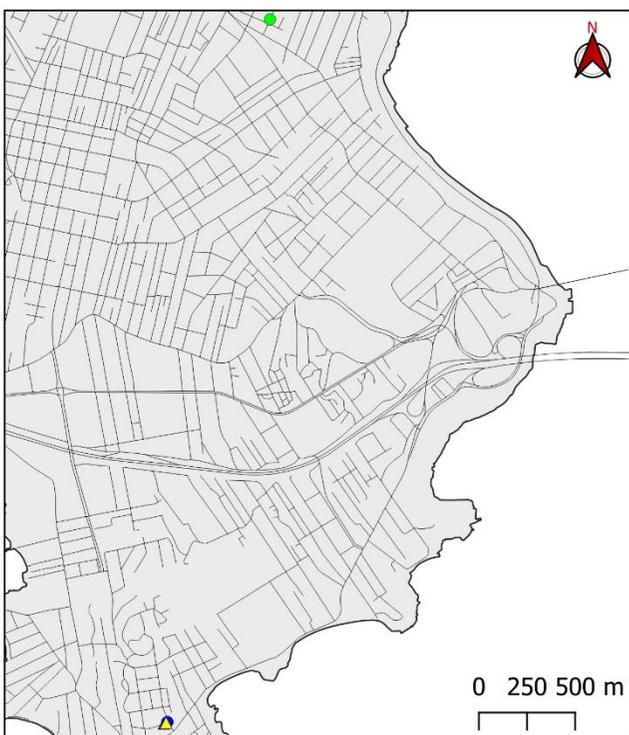
Fonte: CENTRO DE MEMÓRIA INSTITUTO CARL HOEPCKE. Livro de Registro de Funcionários [da Fábrica de Pontas Rita Maria (c. 1928-c. 1932)].

<sup>19</sup> A maior parte do grupo feminino está abaixo dos 30 anos de idade; 19 mulheres têm entre 14 e 19 anos de idade, e outras 17 estão entre os 20 e 28 anos de idade. Olydia faz parte do grupo de 7 mulheres na faixa dos 30 anos. Alda e Jovina são as únicas mulheres do grupo feminino com mais de 40 anos.

<sup>20</sup> Ver: PEDRO, Joana Maria. **Mulheres honestas e mulheres faladas**: uma questão de classe. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1994.

<sup>21</sup> Dos(as) 108 funcionários(as) da Fábrica, um homem não tem o campo ordenado mensal preenchido, e, portanto, ele não é considerado na tabela e mapeamento.

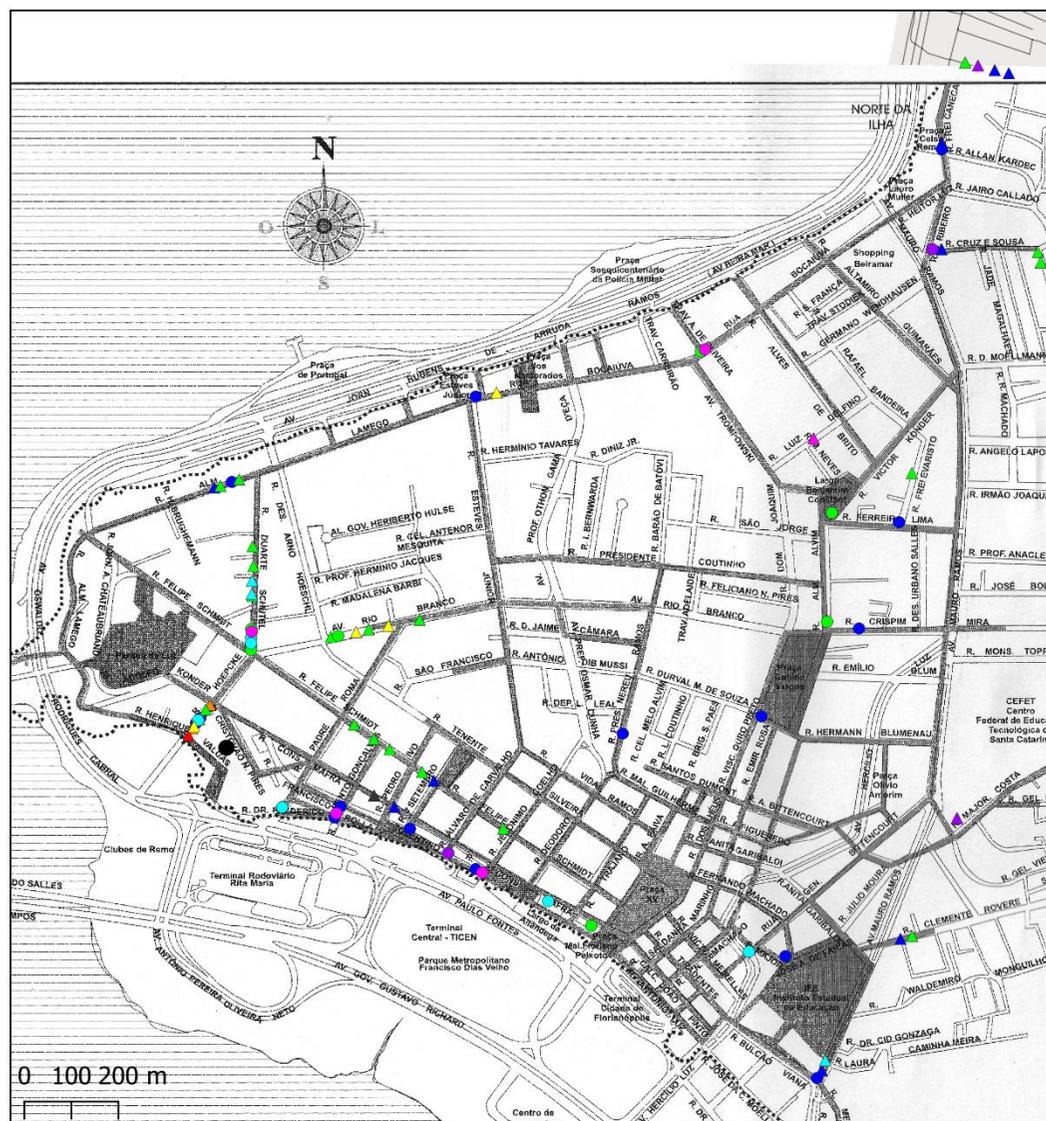
**Mapa 4 - Residência dos trabalhadores(as) da Fábrica De Pontas “Rita Maria” X Faixa Salarial**



### Legenda

- |                           |                |
|---------------------------|----------------|
| ● Grupo A, n°             | ▲ Grupo C, s/n |
| ▲ Grupo A, s/n            | ● Grupo D, n°  |
| ● Grupo B (Homens), n°    | ▲ Grupo D, s/n |
| ▲ Grupo B (Homens), s/n   | ▲ Grupo E      |
| ● Grupo B (Mulheres), n°  | ▲ Grupo F      |
| ▲ Grupo B (Mulheres), s/n | ▲ Grupo G      |
| ● Grupo C, n°             | ▲ Grupo H      |

● Fábrica de Pontas "Rita Maria"



Fonte: Elaborado pela autora a partir do Livro de Registro de Funcionários [da Fábrica de Pontas Rita Maria (c. 1928-c. 1932)].

É importante mencionar que o Livro de Registro de Funcionários não registra as mesmas informações que um livro ponto ou livro caixa. Informações como variações de salário, descontos por faltas e a realização de horas extras não estão contidas nestas fichas, e por isso é preciso que a análise desses dados seja feita com cuidados (SOUZA, 2018, p. 52-53). Além disso, os salários não têm um ano de referência e podem estar sujeitos a inflação e alterações. Considerando isto, é interessante perceber como estas informações se espacializaram em relação ao ambiente urbano da cidade.

No mapa acima e a partir da tabela, percebemos que o grupo feminino ocupa uma faixa salarial muito menor que o masculino. Concentradas nos grupos A e B, mesmo as mulheres com os melhores salários, mais idade e tempo de serviço ainda recebiam menos que os homens de menores salários. Das mulheres mencionadas anteriormente — Jovina F. Rodrigues, Alda Valgas, Olydia Cardoso e Maria Eliza Tavares — todas recebiam entre 52 e 56 mil réis, em torno de 20 mil réis a menos que o homem com o menor salário, o que novamente reforça a possibilidade de estas mulheres estarem inseridas não apenas no mercado formal de trabalho, mas com pequenas atividades extras que possibilitam sua subsistência na cidade. Além disso, foi possível identificar pelas fichas que algumas destas mulheres dividiam residência com outras trabalhadoras da Fábrica de Pontas. Jovina morava com a filha, Bilmar Rodrigues, empacotadeira admitida em 1931, na rua Rua Itajahy nº 12, e Olydia morava com a irmã Durvalina Maria de Souza, empacotadeira registrada com admissão em 1927, residentes em João Pessoa, distrito de São José.

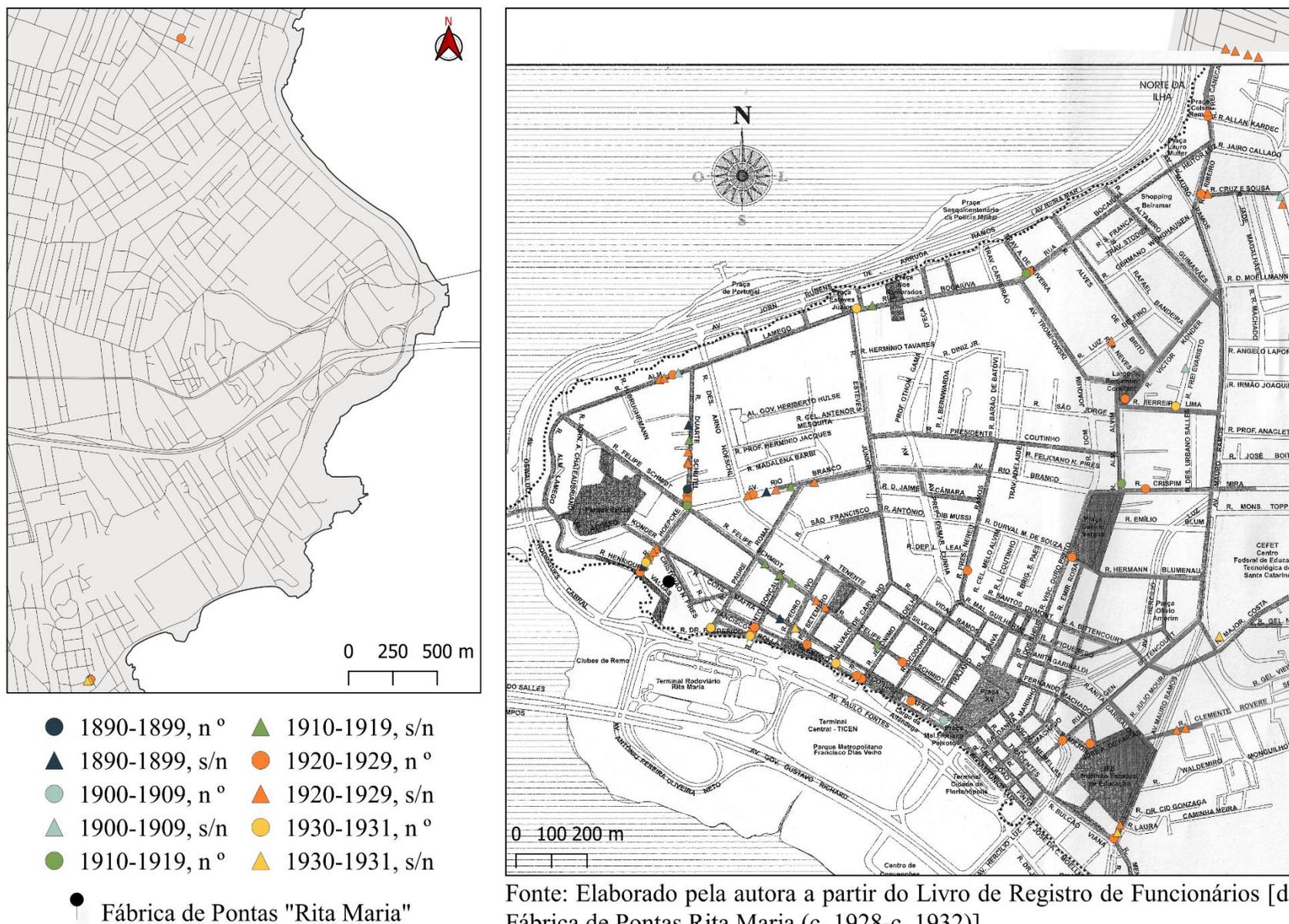
Estas mulheres, aparecem juntamente com os homens das faixas salariais iniciais distribuídos(as) pelo mapa, seguindo nas direções norte e leste da Praça XV, áreas urbanamente menos valorizadas e afastadas da Fábrica de Pontas “Rita Maria”. Em contraste, os funcionários dos grupos E, F e G ocupam um círculo menor de abrangência e se concentram nos arredores da Fábrica. Muitos destes operários provavelmente tinham suas casas na vila operária e ocupavam cargos mais importantes de trabalho.

Analisando estes mapas, é fundamental lembrar que os locais de residência dos(as) trabalhadores(as) são fixos e estão geograficamente referenciados — se referem a espaços absolutos, de acordo com as categorias espaciais de Harvey. Sendo assim, mesmo que estes dados estejam relacionados às informações de divisão por sexo ou de salário mensal, elas continuam vagas em relação ao tempo a que se referem. É indispensável que estas informações espaciais absolutas sejam analisadas de forma relacional com as diferentes datações indicadas

nas fichas. Afinal, sem uma análise relacional e um cruzamento de dados espaciais e cronológicos, não existe um conceito explícito de tempo nas camadas GIS. (BODENHAMER *et al.*, 2010, 58-59).

No sentido de temporalizar estes mapeamentos podemos criar combinações e cruzamentos entre as informações contidas nas fichas do Livro e as informações sobre a data de admissão de cada trabalhador(a) na Fábrica de Pontas “Rita Maria”.

**Mapa 5 - Residência dos trabalhadores(as) da Fábrica De Pontas “Rita Maria” (Data de Admissão 1890-1931)**



Fonte: Elaborado pela autora a partir do Livro de Registro de Funcionários [da Fábrica de Pontas Rita Maria (c. 1928-c. 1932)].

**Tabela 3 - Data de admissão x Quantidade de Trabalhadores(as)**

<b>Data de admissão</b>	<b>Trabalhadores</b>	<b>Trabalhadoras</b>	<b>Total</b>
1890-1899	6	-	6
1900-1909	6	-	6
1910-1919	16	-	16
1920-1929	31	37	69
1930-1931	3	7	10

Fonte: CENTRO DE MEMÓRIA INSTITUTO CARL HOEPCKE. Livro de Registro de Funcionários [da Fábrica de Pontas Rita Maria (c. 1928-c. 1932)].

Para a montagem do mapa acima, as informações dos anos de admissão foram separados em décadas, de 1890 a 1931, e, como é o caso de existir saída e readmissões de alguns trabalhadores, foi considerado apenas o primeiro ano de admissão na Fábrica. As datas de admissão correspondentes às entradas femininas são menos precisas. Elas se iniciam apenas em 1927, entretanto já nos anos iniciais do século XX a Fábrica de Pontas publicava anúncios em jornais para admissão de “rapazes e mulheres para empacotamento de pregos” (REPÚBLICA, 1903, p. 3). Podemos nos questionar se isso está relacionado ao menor tempo de serviço formal das mulheres e uma maior rotatividade de funcionárias. É possível que as mulheres contratadas no início de 1900, já tivessem saído da Fábrica quando o Livro foi aberto, seja “por livre e espontânea vontade” ou “para casar”, e por isso a falta de seus registros.

Foi importante, na montagem do mapa, levar em consideração a imprecisão destes dados, pois as pessoas não são fixas no espaço. Como destaca o historiador John Corrigan, apesar da tentativa de conceituar as informações no espaço, é necessário pensar sobre como estas informações “estão, de certo modo, vivas e incapazes de revelar as realidades humanas se os forçarmos a parar de se mover”<sup>22</sup> (CORRIGAN, 2010, p. 82, tradução nossa). Este mapa, assim como os outros produzidos ao longo da pesquisa, não pode ser analisado sozinho, mas apenas ao sermos capazes de isolar e visualizar o tempo de admissão dos(as) trabalhadores(as) é que podemos relacionar estas informações com as outras apresentadas até aqui.

Chama atenção o grande número de contratações entre 1920 e 1929, e é interessante que das 69 contratações efetuadas neste período de tempo, apenas nove correspondem a antes de 1925, enquanto 35 são referentes apenas no ano de 1927. Sabemos que a Fábrica foi fechada

<sup>22</sup> No original: In other words, we should reflect on how our data is, in a sense, alive, and incapable of disclosing human realities if we force it to stop moving. (CORRIGAN, 2010, p. 82)

temporariamente em 1918 em função da falta de matéria prima; em nota o jornal O Dia publica que “é de lamentarmos profundamente que fiquem ao desamparo tantas famílias que encontravam nos misteres da Fábrica de pregos os meios para sua subsistência honesta. Pelo vapor ‘Anna’, que hoje parte o norte, seguem muitos operários com destino a Santos, onde vão procurar trabalho” (O DIA, 1918, p. 2). Poucos anos depois, já em 1920<sup>23</sup>, a produção já tinha sido retomada, mas teria a Companhia Hoepcke levado mais tempo para substituir todos os “muitos operários” que perderam seus empregos?

Apesar deste grupo se encontrar espalhado pelo espaço urbano, destaca-se que as residências a leste e norte da Praça XV tendem a ser, em sua maioria, de funcionários(as) contratados neste período. Neste mapa, os trabalhadores contratados antes dos anos 1900 têm suas residências mais próximas da Fábrica, mas é interessante notar que apesar de o Livro registrar apenas seis trabalhadores contratados entre 1896 e a virada do século, foi possível encontrar descrições do ambiente fabril já operando com mais que o dobro destes operários.

Sobre a inauguração da Fábrica, o jornal O Estado publicou que “lutando com inúmeras dificuldades, o Sr. Max Bohme, gerente, conseguiu preparar 17 operários, que com seu trabalho fazem funcionar a máquina regularmente das 7 horas da manhã às 5 da tarde, dando uma produção diária de 330 quilos” (O Estado, 1896b, p. 1). Isto nos permite, novamente, questionar o Livro de Registro de funcionários. Por que não foram, todos estes 17 funcionários(as), registrados no Livro? Existiam trabalhadores(as) sob outros tipos de contrato, mais informais, e não cadastrados no Livro? Novamente, estes funcionários(as) já tinham saído da Fábrica quando o Livro foi aberto? Até que ponto estas datas de admissão, e outras informações contidas nas fichas referentes aos(as) trabalhadores(as), correspondem à realidade?

Por fim, ainda é preciso lembrar que estes mapeamentos não incluem, independente de tempo de admissão ou salários, sejam parte do grupo feminino ou masculino, os(as) trabalhadores(as) que têm seus endereços registrados sob o nome de bairros, tanto na Ilha quanto no lado continental. Não poder visualizar e espacializar estes(as) trabalhadores(as) e suas residências no espaço absoluto da cidade, deixa um vazio de perguntas a serem formuladas sobre suas existências e participações no espaço relativo e relacional.

---

<sup>23</sup> Não encontramos nenhuma notícia específica sobre a reabertura da Fábrica, mas publicações como as do jornal República do dia 11 de maio de 1920, indicam que a produção já tinha sido retomada. O jornal publica uma série de despachos da Superintendência Municipal para o Fiscal Geral, que incluem “providenciar para que sejam retirados quaisquer materiais existentes ao longo das praias e ruas fronteiriças ao mar, bem como para que sejam limpas as mesmas. Outrossim, deveis intimar o gerente da fábrica de pregos ‘Rita Maria’ para não continuar a depositar na rua e praia os resíduos da fôrnalha e lixo [...]” (REPÚBLICA, 1918, p. 4).

## 4 FLORIANÓPOLIS A PARTIR DO ESPAÇO

Até aqui, trabalhamos com definições de espaço e da metodologia da História Espacial para a produção de imagens espaciais que representassem os trabalhadores e trabalhadoras da Fábrica de Pontas “Rita Maria” no espaço absoluto urbano da cidade de Florianópolis. O reconhecimento da importância e impacto destas pessoas na construção do urbano da cidade e sua historicidade só é possível ao considerarmos o espaço e suas movimentações como fonte principal de pesquisa. Afinal, o espaço é um processo aberto, em constante movimento, e nossas interações com ele alteram tanto quanto são alteradas por hierarquias sociais, relações de gênero, de valor e troca, de produção e consumo.

Entretanto, a prática de mapeamento e de visualização não possui um fim em si. A História Espacial e o desenvolvimento de imagens espaciais são parte de um método de pesquisa (WHITE, 2010, p. 6), e, portanto, este trabalho busca, a partir da produção de representações espaciais, investigar como a experiência espacial dos(as) trabalhadores(as) da Fábrica de Pontas “Rita Maria” se conecta à produção e reprodução do espaço urbano de Florianópolis. A seguir tentamos duas problemáticas de pesquisa que podem ser tomadas a partir da análise dos mapeamentos produzidos.

### 4.1 A PASSAGEM DO ESTREITO

O processo de mapear os(as) trabalhadores(as) da Fábrica, permitiu visualizar não apenas as pessoas que estavam se movimentando pelo espaço da cidade, mas também questionar a ausência daqueles que não puderam ser mapeados. Dos(as) 15 operários(as) que não têm suas ruas e números registrados nas fichas do Livro de Registro, 10 têm seus endereços na parte continental da cidade de Florianópolis, sendo que destes, metade foram contratados antes de 1926, ano de conclusão da construção da Ponte Hercílio Luz. O que levantou as seguintes questões: Como estes trabalhadores(as) faziam o deslocamento continente-Ilha? Quais eram as condições desta passagem do estreito e como ela está inserida no espaço e retórica da cidade?

No final do século XIX, havia se formando em Desterro uma elite política, comercial e intelectual, que não se conformava com a estrutura colonial urbana, das casas de porta e janela, sem as melhorias que eram esperadas de uma cidade “moderna” (SANTOS, 2009, p. 429). A

“pobreza” da paisagem era uma condição a ser superada, e a ideologia do progresso, que condenava tudo o que remetesse ao passado colonial e a cidade antiga, sua estrutura, costumes e modo de vida, era publicada amplamente em artigos de diversos jornais (ARAÚJO, 1989, p.181). Estes interesses e disputas do poder público envolvidos nos projetos de mudança e melhoramento do espaço urbano da cidade podem ser bastante percebidos no debate público sobre o serviço da passagem entre continente e ilha.

De acordo com Santos (2009, p. 442), a forma como o estado implantava as “modernidades” urbanas, os novos serviços e a infraestrutura eram por contratação ou concessão de serviço a particulares, “em 1892, o serviço de iluminação pública era realizado por contrato com o coronel Virgílio José Villela e, em 1893, o de limpeza pública com Joaquim Machado Vieira”. E até 1893 a passagem do estreito era feita por José de Souza Dutra, contratado do estado. (O ESTADO, 1893b, p. 1)

Até então, o serviço da passagem era feito por pequenas canoas que faziam o trajeto entre a Ilha e o continente. Segundo Osvaldo Cabral (1979, p. 402), ainda em 1872 a passagem era feita, nos dias de vento por uma baleeira, e nos dias de calmaria por um batelão, uma grande canoa. Ainda para Cabral (1979, p. 402), é provável que o transporte por lanchas tenha sido introduzido apenas no final do século XIX. Entretanto, em imagens (ver anexo K) datadas do início do XX, é possível observar as pequenas embarcações que ainda faziam o transporte de pessoas pelo estreito entre a Ilha e o Continente, saindo do trapiche das lanchas da passagem, no Estreito, e chegando na Ilha de Santa Catarina no Trapiche Municipal, ou ao lado do Forte de Santana (VEIGA, 2010, p. 420; SANTOS, 2009, p. 457).

Entretanto, em 11 de janeiro de 1893, o jornal “O ESTADO: Órgão do Partido Federalista” publica um aviso sobre o fim do contrato de Dutra e a abertura de um novo edital para a realização da passagem do Estreito. O artigo enfatiza não somente a “boa vontade que se acha possuindo o honrado sr. Presidente do Estado, que não poupará esforços no sentido de estabelecer bons meios de comunicação entre a ilha e o continente”, mas a necessidade de uma atualização do serviço da passagem, pois este já “não corresponde às necessidades presentes. Enorme é já, como se sabe, a corrente de passageiros que diariamente transpõe o Estreito e muito maior será [...] quando fizermos desaparecer este meio de transporte que, em nada, se coaduna com as exigências da atualidade” (O ESTADO, 1893).

É também no “O Estado” que poucos meses depois, no dia 8 de março, vai ser publicada a base do contrato para a passagem do Estreito. Nele chama a atenção que “o contrato será

firmado por vinte anos; no fim de dez, porém, as partes contratantes entrarão em acordo para melhorar-se o sistema de serviço, caso as condições da ocasião exijam esses melhoramentos” (O ESTADO, 1893a, p. 1), além de que

O contratante ficará, desde a data da assinatura do contrato, com todo o serviço que continuará a ser feito pelo atual sistema, empregando todo o material pertencente ao Estado, existente no serviço que hora se faz, da passagem, obrigando-se ao melhoramento do mesmo e ao cumprimento das cláusulas do contrato celebrado com José de Souza Dutra, até que seja montado o serviço a vapor [...]. (O ESTADO, 1893a, p. 1)

São também detalhados os horários de prestação do serviço, de forma que

As viagens começaram no verão, as 5 horas da manhã, continuando com intervalo de uma a outra de  $\frac{3}{4}$  de hora, até as 11 horas do dia, daí por diante continuarão até as 3, com intervalo de 1 hora devendo, das 3 em diante continuar com intervalo de  $\frac{3}{4}$  de hora até as 8 horas da noite. No inverno se observará o mesmo horário devendo, porém o serviço a vapor começará às 6 horas da manhã e terminará às 7 da noite. (O ESTADO, 1893a, p. 1)

Dias depois, é publicada uma negativa a “certas exigências que apresentou o cidadão Virgílio Viella proponente ao serviço da passagem do Estreito” (O ESTADO, 1893c, p. 1), e novamente são chamadas propostas para a prestação do serviço. O Jornal “O Estado”, alinhado às políticas e decisões do governo, ainda publica, no dia seguinte, que as bases para a prestação do serviço “não estreitam o campo de ação dos proponentes; elas, determinam um ponto em torno do qual eles podem girar completamente livres, traçam ao mesmo tempo, a bitola por onde se pode aquilatar dos motivos da preferência” (O ESTADO, 1893d, p. 1).

A oposição a estas publicações e ao jornal “O Estado” são redigidas pelo “REPÚBLICA: Órgão do Partido Republicano Catarinense” que em suas edições, além de fazer críticas aos termos e bases do contrato para o serviço da passagem do estreito, confronta diretamente a redação do outro jornal e o governo do estado, na época sob a intervenção de Manoel Joaquim Machado, nomeado por Floriano Peixoto. O República pública que:

Se os termos do contrato a celebrar fossem tão *claros* quanto às considerações sobre a nova concorrência, feitas pelo escritor d’*O Estado*, ou o contratante se recusará a assiná-lo ou viverá em questões contínuas com a administração pública. Estudando as *bases para a concorrência*, não podemos descobrir qual ponto que vai servir de *eixo*, em torno do qual devem *traçada a bitola* para preferência, a que alude o escritor [...] *O Estado espera que esse serviço tornará imorredouro o nome do proponente que conseguir levá-lo ao efeito*. Estamos de acordo

com o colega, mas devemos acrescentar que *imorredouro* já está o nome do senhor Manoel Machado com tantas e tão frequentes *calinadas*. (REPÚBLICA, 1893b, p. 1)

Esta disputa sobre a qualidade e prestação do serviço se estende por todo o ano de 1893 e 94, e na falta de propostas de contratantes diversas críticas continuam sendo publicadas se referindo ao “serviço da Passagem do Estreito, que está sendo feito do modo o mais censurável e prejudicial aos interesses públicos, com especialidade no Passo do Estreito, onde os transeuntes são obrigados a esperar duas a três horas para passarem para o lado da terra firme, ao rigor do tempo.” (JORNAL DO COMÉRCIO, 1893, p. 2), “os botes empregados no transporte dos passageiros são embarcações velhas e imundas, entregues a um pessoal pouco prático. O trapiche não foi até hoje melhorado, segundo está estabelecido no contrato, e nenhuma comodidade proporciona aos passageiros” (REPÚBLICA, 1893a, p. 1). Finalmente, em 14 de outubro de 1895, o Governo do Estado aprova o projeto nº 131 (REPÚBLICA, 1895b, p. 2), e transforma em lei a concessão “ao cidadão José de Souza Dutra o direito exclusivo para fazer o serviço da passagem do Estreito, durante 25 anos e o subsídio de 3:000\$ por 5 anos” (REPÚBLICA, 1895a, p. 1).

Isso, contudo, não faz com que as reclamações em relação às condições dos trapiches, barcos e qualidade dos serviços da passagem do Estreito diminuam. Em 1899, O Estado publica em sua seção livre:

A municipalidade deixa mergulhado em profundas trevas todo o largo *Badaró*, atualmente muito transitado não só por passageiros, como por operários da importante fábrica de pregos ali existente [...] mande consertar o trapiche do comércio, onde se faz o desembarque de passageiros, não só dos paquetes como das pessoas que se dirigem para o estreito. Alí sim é que não existe uma só luz, o telhado está reclamando a substituição dos telhões de zinco arrancados pelo vento, chovendo por toda parte, os cascalhos já tem ameaçado quebrar muitas pernas pelos buracos que nele existem; as escadas estão a desabar oferecendo grande risco. (O ESTADO, 1899, p. 2)

Chama a atenção neste trecho, não apenas a denúncia das condições do Trapiche Municipal e do Largo *Badaró*<sup>24</sup>, mas a menção aos “operários da importante fábrica de pregos”, que estavam circulando por estes espaços de embarque e desembarque. Cabe aqui questionar qual era o significado de fazer parte do grupo de trabalhadores(as) da Fábrica de Pontas “Rita

<sup>24</sup> O Largo *Badaró*, localizado a oeste da Praça XV de Novembro, era uma área que concentrava armazéns de indústrias e comércios, além de trapiches para paquetes de cargas e passageiros. (REPÚBLICA, 1899, p. 2; O DIA, 1908, p. 3)

Maria””? A menção aos(as) operários(as) no discurso em favor de melhoramentos na cidade reflete o lugar público social que os(as) trabalhadores(as) ocupam nestes jornais e como suas existências se reafirmam no espaço da cidade. É interessante como eles não somente ocupam o espaço absolutos do Largo *Badaró*, mas o lugar abstrato, relativo e relacional, de reivindicação e justificativa para a mudança urbana desses espaços.

Segundo as fichas contidas no Livro de Registro de Funcionários da Companhia Hoepcke, antes de 1900 apenas um funcionário, Carlos Krug, vivia no Estreito, e este número aumentará lentamente nas próximas décadas. Os primeiros anos do novo século viram também a contratação de Patricio Antonio de Oliveira, admitido em agosto de 1909 e residente do Canto do Estreito, e pai de quatro moças registradas como funcionárias da Fábrica de Pontas, todas também residentes nos bairros de São José do Estreito e proximidades. A presença da família Oliveira no Livro de Registro é um bom exemplo das problemáticas e incertezas que a fonte apresenta – e da necessidade do cruzamento de fontes com os mapeamentos produzidos – mas também de como o ambiente fabril se organizava em meio as dinâmicas de produção, laços de família e o espaço urbano da cidade.

**Tabela 4 - Família Oliveira**

Nome	Data de nascimento	Data de admissão	Estado Civil	Cargo	Salário
Patricio Antonio	03/03/1870	08/08/1909	Casado	Operário	200,000
Doralice	13/11/1901	17/01/1927	Solteira	Operária	60,000
Diamantina	14/11/1903	17/01/1927	Solteira	Operária	56,000
Carina	20/01/1908	17/01/1927	Solteira	Operária	56,000
Alzira	24/04/1912	28/01/1929	Solteira	Empacotadeira	52,000

Fonte: CENTRO DE MEMÓRIA INSTITUTO CARL HOEPCKE. Livro de Registro de Funcionários [da Fábrica de Pontas Rita Maria (c. 1928-c. 1932)].

Das quatro filhas de Patricio Antonio de Oliveira, três são registradas no Livro como admitidas em 1927, são elas Doralice Maria de Oliveira, Diamantina Maria de Oliveira e Carina Maria de Oliveira. Alzira de Oliveira, a mais jovem delas, é admitida em janeiro de 1929, meses antes do falecimento do pai, em setembro do mesmo ano (O ESTADO, 1929, p. 4). Comparando

as datas de nascimento das moças Oliveira podemos questionar as informações sobre a data de admissão das mais velhas, afinal Alzira foi contratada bastante jovem, aos 17 anos. Por que as outras teriam demorado mais para entrar no mercado de trabalho formal? Estariam estas moças já trabalhando na Fábrica anteriormente a construção da Ponte Hercílio Luz, e fazendo o trajeto continente-ilha pelo serviço da passagem do estreito?

Estas perguntas têm apenas um caráter exploratório, seus objetivos são mais suscitar perguntas do que fornecer respostas acerca das possíveis aproximações a respeito do serviço da passagem do estreito e dos(as) trabalhadores(as) da Fábrica de Pontas “Rita Maria”. Elas evidenciam a complexidade do universo do trabalho fabril, do urbano da cidade e suas dinâmicas de produção e reprodução do espaço, e o potencial que a História Espacial tem para gerar perguntas a partir da espacialização de dados históricos.

#### 4. 2 IMPOSTO PREDIAL URBANO

Outra possibilidade é cruzar o mapeamento e as informações contidas nas fichas de funcionários com as listagens de Imposto Predial Urbano (Décimas Urbanas ou Imposto Predial). As décimas urbanas surgiram como imposto para as cidades brasileiras em 27 de junho de 1808, e incidiam sobre as propriedades territoriais de qualquer natureza; prédios rústicos ou urbanos. Segundo Lobo (2011) “o tributo consistia no pagamento anual para a Real Fazenda, por parte dos proprietários, de 10% dos rendimentos líquidos dos prédios, recaindo ainda sobre os edifícios aforados”, entretanto, com a proclamação da República e a Constituição de 1891, os estados passaram a ter competência exclusiva para instituir o imposto sobre imóveis rurais e urbanos (BRASIL, 1891).

Tomando como base os trabalhos desenvolvidos por Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno (2018) e Nadia Mendes de Moura (2021), entendemos que utilização das listas de imposto urbano permitem, não apenas comparar os imóveis que eram mais ou menos valorizados no espaço da cidade, mas ampliar e “visualizar aspectos ocultos da materialidade urbana, evidenciando relações de sociabilidade entre os moradores ao revelar aspectos da sociotopografia urbana, com todas as nuances da paisagem social no âmbito da cidade” (MOURA, 2021, p. 6). Bueno ainda destaca que o uso das Décimas Urbanas permite “imaginar a geografia dos usos e usuários dos espaços em retrospectiva” (BUENO, 2018, p. 6).

Tomando como base as listagens de regulamento para cobrança do Imposto de Décimas Urbanas que foram encontradas em publicações do jornal “O Dia”, dos anos de 1910 e 1912, tentamos uma aproximação com os mapeamentos produzidos para analisar os casos de alguns trabalhadores da Fábrica de Pontas “Rita Maria”.

Entre 1896 e 1912 o Livro contém registrada a admissão de 18 funcionários. Destes, todos homens sob o cargo de operário, 5 têm suas residências localizadas nos bairros Estreito, Canto do Estreito, Coqueiros e Saco dos Limões. Ainda outros 8 têm registrado apenas o nome da rua, sem informação de número. Por fim, 5 funcionários têm identificado sua rua e número da residência, são eles: Carlos Buch, residente na Rua Conselheiro Mafra nº141, Estaneslau Mirasky residente na Rua Duarte Schutel nº 43, Casemiro G. de Almeida registrado no endereço Rua Conselheiro Mafra nº 17-8, José Alves de Barros na Rua Almirante Alvim nº 24, e por fim Olympio José Cardoso, morador da Rua Bocaiúva nº 36.

Pesquisando estes cinco endereços nas listagens de décimas publicadas no jornal, não foi possível encontrar a lista referente a Rua Duarte Schutel e, portanto, verificar o proprietário da residência de Estaneslau Miraskyfoi. Dentre os outros quatro trabalhadores, apenas Buch aparece como proprietário da própria residência (O DIA, 1912a, p. 3). Todas as outras casas têm o nome de outras pessoas como proprietários. Além disso, os oito trabalhadores que têm registrado no Livros apenas sua rua, não foram encontrados nas listagens como proprietários de residência em seus respectivos logradouros.

**Tabela 5 - Décimas Urbanas X Trabalhadores**

<b>Trabalhador</b>	<b>Rua</b>	<b>Número</b>	<b>Proprietário</b>	<b>Valor locativo</b>	<b>Imposto a que ficam sujeitos</b>
Olympio José Cardoso	Bocaiúva	36	Henrique Schule	1:000\$000	100\$000
José Alves de Barros	Almirante Alvim	24	Herd. de Raphael Gouveia de Noronha	480\$000	48\$000
Carlos Buch	Conselheiro Mafra	141	Carlos Buch	600\$000	60\$000
Casemiro G. de Almeida	Conselheiro Mafra	17-8	Adolpho A. Goelduer e D. Manoela Oliveira	1:200\$000	120\$000

Fonte: (O Dia 1910a, p. 2) (O Dia 1910b, p. 2) (O Dia 1912a, p. 3) (O Dia 1912b, p. 2).

É interessante perceber como estas informações se relacionam com as informações contidas nas fichas e aos mapeamentos e permitem a formulação de novas perguntas sobre a

relação dos trabalhadores com o espaço urbano de Florianópolis e a moradia. Comparando estes valores com os salários dos operários, chamam a atenção o alto preço das moradias, especialmente o das ruas Bocaiúva e Conselheiro Mafra. Fazendo parte do grupo salarial D, entre 151 e 200 mil réis, Olympio José Cardoso e Casemiro G. de Almeida recebiam mensalmente pouco mais que o valor do imposto de sua residência. O que propõe os questionamentos: considerando que estes imóveis estão sob um alto imposto, quanto era o valor pago em aluguel pelos trabalhadores? Como eles se inserem e influenciam o sistema de locação e especulação imobiliária da cidade?

Vale lembrar, como discutido por André Luiz Santos (2009, p. 327) que as Décimas Urbanas se inserem num contexto maior de reformulação do espaço urbano da cidade. Em 1899, o superintendente municipal Emílio Blum decretou uma série de impostos sobre a moradia, que permitiam o poder público mandar demolir os cortiços e velhas casinhas que não seguissem as normas de modernização urbana, enquanto que as casas que se adaptassem às exigências municipais ficavam isentas das Décimas. Santos ainda aponta que (2009, p. 530), “a nova aparência da cidade passou a ser tão ou mais importante que as rendas municipais. Na tentativa de mudar a estética das construções o poder municipal isentava de impostos para incentivar a nova ordem”.

As publicações de 1912, trazem junto com as listagens das décimas o aviso de que os proprietários “que, por ventura, não se conformaram com o lançamento feito em suas propriedades poderão [...] reclamar ao lançado abaixo assinado e recorrer da decisão por meio de requerimento devidamente inatruído, para o Sr. Dr. Superintendente [...]”, além da nota que informa que os prédios que não constam na listagem estão isentos do imposto (O DIA, 1912, p. 3). Onde, então, se localizavam os(as) trabalhadores(as) frente a estas normas de padrão urbano e arquitetônico? Qual seu papel na atribuição e manutenção de valor à propriedade e à moradia?

Novamente, estas perguntas surgem ao considerarmos os mapeamentos produzidos na pesquisa como parte de um conjunto maior de fontes para guiar a pesquisa histórica na investigação do espaço. Elas servem mais para demonstrar os diversos caminhos que podem surgir do trabalho com a metodologia da História Espacial – e as possibilidades de aprofundamento e ampliação da problemática do espaço – do que encerrar o debate sobre o tema. Pois como afirmam David J. Bodenhamer, John Corrigan, e Trevor M. Harris, o objetivo do SIG nas humanidades é “menos produzir uma resposta oficial ou definitiva do que suscitar novas questões, desenvolver novas perspectivas e apresentar novos argumentos ou

interpretações”<sup>25</sup> (BODENHAMER *et al*, 2010, p. 14, tradução nossa). O desafio e inovação do uso do SIG nas humanidades e na pesquisa histórica é explorar e ampliar a visualização, experimentação e compreensão do movimento humano pelo espaço, em toda a sua complexidade.

---

<sup>25</sup> No original: As in traditional humanities scholarship, the goal is less to produce an authoritative or ultimate answer than to prompt new questions, develop new perspectives, and advance new arguments or interpretations. (BODENHAMER *et al*, 2010, p. xiv)

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No primeiro capítulo deste trabalho tratamos de definir o que entendemos por espaço, suas relações teóricas com o tempo e seus desdobramentos nos estudos históricos. A partir dos conceitos de espaço de Henri Lefebvre e David Harvey e na definição de História Espacial trabalhada por Richard White, entendemos que o espaço não é simplesmente o meio que nos envolve, mas sim um processo em constante produção e reprodução dialética. Considerando o espaço e seus processos como palavras-chave, definimos a História Espacial como problemática e metodologia para a pesquisa e o estudo do ambiente urbano de Florianópolis na primeira república.

Partindo disso, para a criação de mapeamentos do espaço urbano da cidade, utilizamos como fonte principal o Livro de Registro de Funcionários da Companhia Hoepcke que contém fichas referentes aos(as) trabalhadores(as) da Fábrica de Pontas “Rita Maria” entre os anos de 1896 e 1931. Estas imagens espaciais permitiram não apenas observar os locais de residência dos(as) trabalhadores(as) fixos no espaço absoluto, mas visualizar estas pessoas de forma relativa e relacional ao ambiente urbano, sua presença na paisagem urbana em mudança e nas reformas do espaço que estavam ocorrendo na cidade nos anos finais do século XIX e início do XX. Percebemos como a moradia está relacionada a forma como a produção ocorre na Fábrica, com as demandas de trabalho e serviço, salário, sexo e data de admissão.

Ao longo do trabalho também questionamos o Livro de Registro de Funcionários da Companhia e os dados utilizados para os mapeamentos, e por fim exploramos duas problemáticas de pesquisa a partir dos mapeamentos produzidos que relacionaram o espaço absoluto da cidade com os(as) trabalhadores(as) da Fábrica. Estas perguntas possibilitaram demonstrar a aplicação dos referenciais teóricos e metodológicos da História Espacial, que a criação de imagens espaciais é parte de um método efetivo de pesquisa histórica.

Concluimos que este trabalho atingiu seu objetivo de experimentar com novas possibilidades teóricas e metodológicas da pesquisa histórica, em especial as que surgem ao considerarmos o espaço como palavra-chave para a pesquisa. E apesar das limitações em relação à documentação e aos programas SIG, apresentamos as potencialidades que a História Espacial e o espaço como problema tem para oferecer para a investigação para a História do Trabalho na Primeira República em Florianópolis.

## FONTES

CENTRO DE MEMÓRIA INSTITUTO CARL HOEPCKE. **Livro de Registro de Funcionários [da Fábrica de Pontas Rita Maria (c. 1928-c. 1932)].**

Jornal do Comércio. **Sessão Livre: Passagem do Estreito.** Desterro, Sábado, 2 de dezembro de 1893. 3ª Coluna. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/887790/12646>. Último acesso em: 29/06/2021

Jornal O Dia. **Atiradores.** Florianópolis, Terça-feira, 07 de Julho de 1903. 5ª Coluna. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/217549/2384>. Último acesso em: 17/07/2021

Jornal O Dia. **FÁBRICA DE PREGOS.** Florianópolis, Domingo, 16 de Julho de 1918. 3ª Coluna. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/217549/20787>. Último acesso em: 17/07/2021

Jornal O Dia. **GOVERNO MUNICIPAL.** Florianópolis, Domingo, 03 de março de 1912a. 5ª Coluna. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/217549/11934>. Último acesso em: 17/07/2021

Jornal O Dia. **GOVERNO MUNICIPAL.** Florianópolis, Quarta-feira, 13 de abril de 1910a. 4ª Coluna. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/217549/9684>. Último acesso em: 17/07/2021

Jornal O Dia. **GOVERNO MUNICIPAL.** Florianópolis, Sexta-feira, 01 de março de 1912b. 4ª Coluna. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/217549/11925>. Último acesso em: 17/07/2021

Jornal O Dia. **GOVERNO MUNICIPAL.** Florianópolis, Sexta-feira, 08 de abril de 1910b. 4ª Coluna. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/217549/9668>. Último acesso em: 17/07/2021

Jornal O Dia. **Notas Religiosas.** Florianópolis, Sexta-feira, 17 de Fevereiro de 1911. 6ª Coluna. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/217549/10689>. Último acesso em: 17/07/2021

Jornal O Dia. **O Pacote Muquy.** Florianópolis, Terça-feira, 14 de Julho de 1908. 5ª Coluna. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/217549/7829>. Último acesso em: 17/07/2021

Jornal O Dia. **Sociedade de Atiradores.** Florianópolis, Quarta-feira, 25 de Maio de 1904. 5ª Coluna. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/217549/3462>. Último acesso em: 17/07/2021

Jornal O Estado. **Agradecimento.** Florianópolis, 4 de setembro de 1929. 2ª Coluna. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/098027\\_02/15666](http://memoria.bn.br/docreader/098027_02/15666). Último acesso em: 29/06/2021

Jornal O Estado. **AGREDIDO A CACETE.** Florianópolis, Quarta-feira, 20 de março de 1935. 5ª Coluna. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/098027\\_03/8882](http://memoria.bn.br/DocReader/098027_03/8882). Último acesso em: 29/06/2021

Jornal O Estado. **FÁBRICA DE PONTAS**. Florianópolis, 20 de maio de 1896a. 4ª Coluna. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/884774/1606>. Último acesso em: 17/07/2021

Jornal O Estado. **FESTA INDUSTRIAL**. Florianópolis, 19 de maio de 1896b. 2ª Coluna. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/884774/1603>. Último acesso em: 17/07/2021

Jornal O Estado. **Passagem do Estreito**. Desterro, 08 de março de 1893a. 1ª Coluna. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/884774/391>. Último acesso em: 29/06/2021

Jornal O Estado. **Passagem do Estreito**. Desterro, 11 de janeiro de 1893b. 1ª Coluna. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/884774/207>. Último acesso em: 29/06/2021

Jornal O Estado. **Passagem do Estreito**. Desterro, 17 de março de 1893c. 4ª Coluna. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/884774/419>. Último acesso em: 29/06/2021

Jornal O Estado. **Passagem do Estreito**. Desterro, 18 de março de 1893d. 2ª Coluna. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/884774/423>. Último acesso em: 29/06/2021

Jornal O Estado. **Sessão Livre**. Florianópolis, 02 de março de 1899. 2ª Coluna. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/884774/2805>. Último acesso em: 29/06/2021

Jornal O Estado. **VIDA SOCIAL**. Florianópolis, Sábado, 15 de agosto de 1931. 2ª Coluna. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/098027\\_03/2236](http://memoria.bn.br/DocReader/098027_03/2236). Último acesso em: 29/06/2021

Jornal República. **A PASSAGEM DO ESTREITO**. Desterro, 09 de junho de 1893a. 5ª Coluna. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/711497x/3515>. Último acesso em: 29/06/2021

Jornal República. **A PASSAGEM DO ESTREITO**. Desterro, 21 de março de 1893b. 1ª Coluna. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/711497x/3263>. Último acesso em: 29/06/2021

Jornal República. **ALUGA-SE**. Florianópolis, 03 de setembro de 1899. 6ª Coluna. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/711497x/8798>. Último acesso em: 29/06/2021

Jornal República. **ANÚNCIOS**. Florianópolis, 12 de julho de 1903. 1ª Coluna. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/892319/13230>. Último acesso em: 29/06/2021

Jornal República. **FALECIMENTO**. Florianópolis, Sábado, 23 de julho de 1932. 2ª Coluna. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/892319/35682>. Último acesso em: 29/06/2021

Jornal República. **INDÚSTRIA CATARINENSE**. Florianópolis, Quarta-feira, 20 de maio de 1896. 3ª Coluna. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/711497x/6115>. Último acesso em: 29/06/2021

Jornal República. **LEI Nº195 DE 14 DE OUTUBRO DE 1895**. Florianópolis, Quarta-feira, 30 de outubro de 1895a. 4ª Coluna. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/711497x/5487>. Último acesso em: 29/06/2021

Jornal República. **NOTAS POLICIAIS**. Florianópolis, Terça-feira, 22 de setembro de 1931. 3ª Coluna. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/892319/33426>. Último acesso em: 29/06/2021

Jornal República. **Projeto N° 131**. Florianópolis, Domingo, 22 de setembro de 1895b. 4ª Coluna. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/711497x/5364>. Último acesso em: 29/06/2021

Jornal República. **SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL: Portaria n° 51**. Florianópolis, Terça-feira, 11 de maio de 1920. 2ª Coluna. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/711497x/15113>. Último acesso em: 29/06/2021

Jornal República. **UMA CARTA**. Florianópolis, Sexta-feira, 17 de agosto de 1934. 4ª Coluna. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/892319/40263>. Último acesso em: 29/06/2021

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Hermetes Reis de. **A Invenção do Litoral**: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1989, Dissertação de Mestrado.

BODENHAMER, David J. *et al* (ed.). **The Spatial Humanities**: gis and the future of humanities scholarship. Bloomington&Indianapolis: Indiana University Press, 2010.

BODENHAMER, David J.. The Potential of Spatial Humanities. In: BODENHAMER, David J. *et al* (ed.). **The Spatial Humanities**: gis and the future of humanities scholarship. Bloomington&Indianapolis: Indiana University Press, 2010. p. 14-30

BORGHEZAN, João Luiz Fernandes. **Urbanização, Saneamento e Marginalização**: uma análise da construção da Avenida Hercílio Luz 1918-1922. 2014. 85 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Departamento de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/127494>. Acesso em 30 out. 2019.

BLAY, Eva Alterman. **Eu não tenho onde morar**: vilas operárias na cidade de São Paulo. São Paulo: Nobel, 1985. 334 p.

BRASIL. Constituição (1891). **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL**. 1891. Disponível em:[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm). Acesso em: 27 jul. 2021.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira *et al*. Décimas urbanas e censos: a dimensão material e visual de vilas e cidades em fontes textuais. **Urbana**: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade, [S.L.], v. 10, n. 1, p. 4-53, 14 jul. 2018. Universidade Estadual de Campinas. Disponível

em:<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/8651827>. Acesso em: 27 jul. 2021.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **Nossa Senhora do Desterro**: notícia. 1. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1979.

COBARRUBIAS, Sebastián; PICKLES, John. Spacing movements: the turn to cartographies and mapping practices in contemporary social movements. In: ARIAS, Santa; WARF, Barney (ed.). **The Spatial Turn**: interdisciplinary perspectives. New York: Routledge, 2009. Cap. 3. p. 36-58. (Studies in History and Philosophy of Science).

CORRIGAN, John. **Qualitative GIS and Emergent Semantics**. In: BODENHAMER, David J. *et al* (ed.). **The Spatial Humanities**: gis and the future of humanities scholarship. Bloomington&Indianapolis: Indiana University Press, 2010. p. 76-88.

DUARTE, Adriano Luiz. Os sentidos da comunidade: notas para um estudo sobre bairros operários e identidade cultural. **Revista Trajetos**, Fortaleza, v. 1, n. 2, p. 1-9, 2002. Disponível em: <http://www.revistatrajetos.ufc.br/index.php/Trajetos/article/view/71/46>. Acesso em: 08/08/2021.

FLORIANÓPOLIS. Lei nº 156 de 31 de Dezembro de 1952. **Dispõe Sobre Fechamento De Trecho Da Antiga Rua Lages, E Dá Outras Providências**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/sc/f/florianopolis/lei-ordinaria/1952/16/156/lei-ordinaria-n-156-1952-dispoe-sobre-fechamento-de-trecho-da-antiga-rua-lages-e-da-outras-providencias?q=rua+lages>. Acesso em: 05/05/2021.

FREITAS, Frederico. Spatial History e Humanidades Digitais, uma entrevista com o brasileiro Zephyr Frank. **Revista História e Cultura**, Franca-SP, v.3, n.1, p.375-393, 2014.

GOULARTI FILHO, A. **Formação econômica de Santa Catarina**. 3. ed. Florianópolis: UFSC, 2016. v. 1. 431p.

GREGORY, Ian N. *et al* (ed.). **Toward spatial humanities**: historical gis and spatial history. Bloomington & Indianapolis: Indiana University Press, 2014. 212 p.

GUERREIRO, Dália *et al*. Humanidades Digitais: novos desafios e oportunidades. **Cadernos Bad**, [s. l], n. 1, p. 63-78, 2014. Jan-Jun. Disponível em: <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/cadernos/article/view/1060>. Acesso em: 20 maio 2020.

GULDI, Jo. **What is the Spatial Turn?**. Scholars Lab - University of Virginia Library. Disponível em: <http://spatial.scholarslab.org/spatial-turn/what-is-the-spatial-turn/>. Acesso em: 26 fev. 2021

HARVEY, David. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014. 296 p

\_\_\_\_\_. O direito à cidade. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 29, p. 73-89, Jul./Dez, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18497>. Acesso em: 05 dez. 2020.

\_\_\_\_\_. O espaço como palavra-chave. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 35, p. 126-152, 2015. Semestral. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13641>. Acesso em: 05 dez. 2020.

IPIUF - INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS. **Municípios de Florianópolis**. Logradouros: antiga denominação. Florianópolis, 2002.

KEMP, Karen K.. Geographic Information Science and Spatial Analysis for the Humanities. In: BODENHAMER, David J. *et al* (ed.). **The Spatial Humanities: gis and the future of humanities scholarship**. Bloomington & Indianapolis: Indiana University Press, 2010. p. 31-57.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

\_\_\_\_\_. **A produção do espaço**. 4. ed. Paris: Éditions Anthropos, 2006. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins.

LOBO, Rodrigo. **Junta de Lançamento da Décima Urbana**. 2011. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/185-juntas-de-lancamento-da-decima-urbana>. Acesso em: 27 jul. 2021.

MOURA, Nádia Mendes de. A cidade enquanto artefato: o que evidenciam as décimas urbanas acerca da decadência na capitania de Goiás. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, [S.L.], v. 29, p. 1-62, nov. 2021. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/172884/173286>. Acesso em: 27 jul. 2021.

MÜLLER, Glaucia Regina Ramos. **A Influência do Urbanismo Sanitarista na Transformação do Espaço Urbano em Florianópolis**. 2002. 137 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Santa Catarina, Florianópolis, 2002. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/83510/195469.pdf?sequence=1>. Acesso em: 30 out. 2019.

NECKEL, Roselane. **Tensões e Imagens do Viver Urbano em Florianópolis: 1910/1930**. 1993. 155 f. Dissertação (Mestrado), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Florianópolis, 1993.

SANTOS, André Luiz. **Do Mar ao Morro: a geografia histórica da pobreza urbana em Florianópolis**. 2009. 639 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-Graduação em Geografia, Departamento de Geociências, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/92552>. Acesso em: 21 maio 2021.

SOJA, Edward W.. Taking space personally. In: WARF, Barney *et al* (ed.). **The Spatial Turn: interdisciplinary perspectives**. London&New York: Routledge, 2009. p. 11-35.

SOUZA, Jéssica Duarte de. Habitação em Florianópolis: os/as trabalhadores/as da Vila Operária Hoepcke (1945-1960). In: Congresso Ibero-Americano de Humanidades, Ciências e Educação: Produção e democratização do conhecimento na Ibero-América, 3., 2018, Criciúma. **Anais eletrônicos**, Criciúma: Editora UNESC, 2018, p. 28 – 37

\_\_\_\_\_. **Trabalho e Raça**: Perfil dos(as) Trabalhadores(as) da Fábrica de Pontas Rita Maria no Pós-Abolição (Florianópolis, 1894-1930). 2016. 74 f. TCC (Graduação) – Curso de História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/94927944.pdf>. Acesso em: 04 set. 2020.

VEIGA, Eliane Veras da. **Florianópolis**: memória urbana. 3ª Edição. Florianópolis: Edufsc; Fundação Franklin Cascaes, 2010.

WHITE, Richard. What is Spatial History? **Stanford University Spatial History Lab**, 2010.



**ANEXO C – Listagem das residências dos(as) trabalhadores(as) da Fábrica de Pontas  
“Rita Maria”**

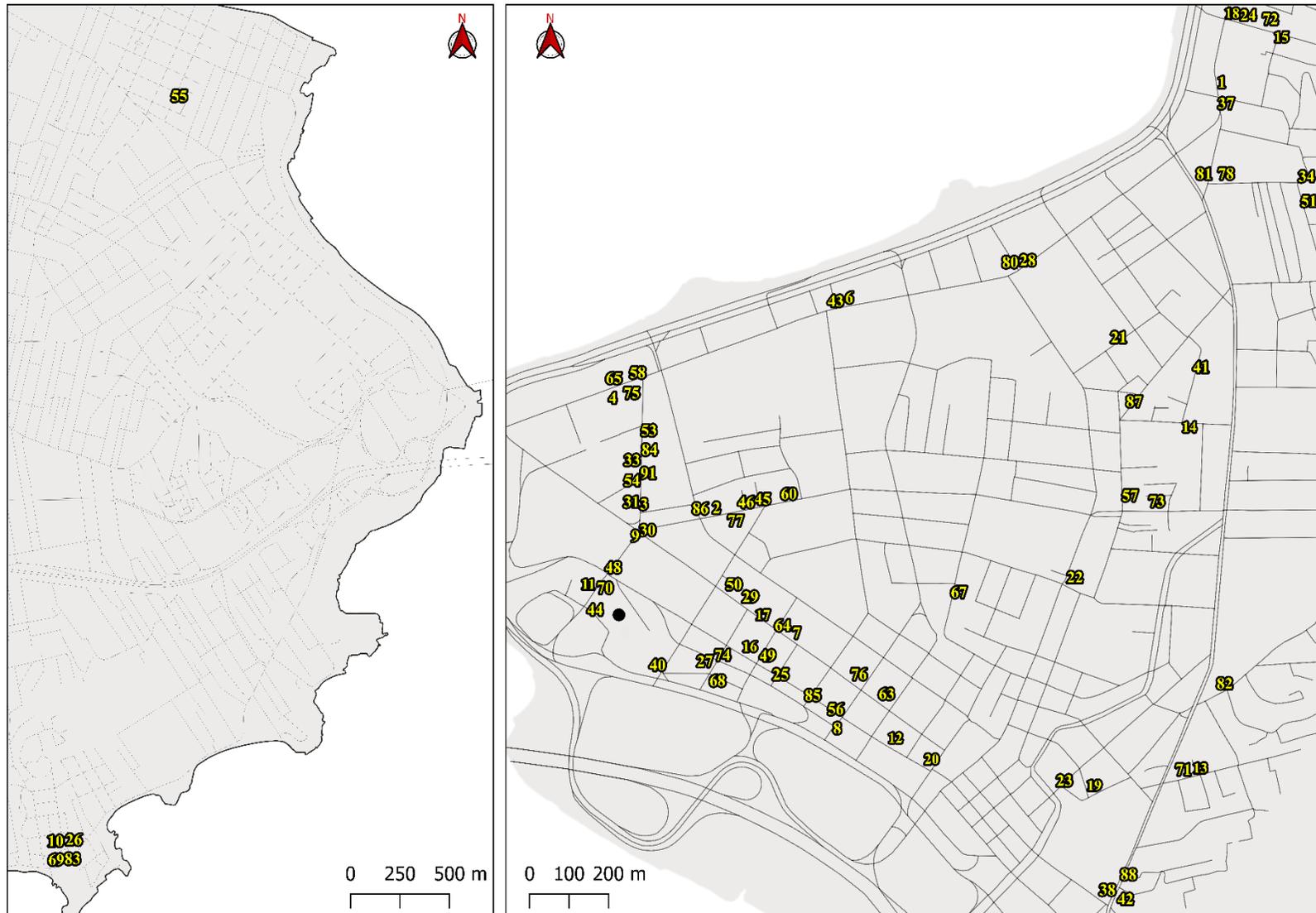
<b>Nº</b>	<b>Nome</b>	<b>Local de residência</b>
[01]	Adalgiza Sucupira	Rua Frei Caneca
[02]	Adão Sobierojski	Avenida Rio Branco nº 196
[03]	Adelia Manger	Rua Duarte Schutel 21
[04]	Alayde Maria de Mattos	Rua Almirante [Lamego]
[05]	Albertina Tavares	Rua Padre Roma nº 25
[06]	Alcino Dias Figueira	Rua Bocaiuva
[07]	Alda Valgas	Rua Felipe Schmidt
[08]	Almerinda Olivia de Souza	Rua Fraternidade 19
[09]	Alvaro Cardoso	Rua Duarte Schutel [12]
[10]	Alzira de Oliveira	João Pessôa (Estreito)
[11]	Antonieta Urquiza	Rua Hoepcke nº 16
[12]	Arnaldo Buch	Rua Conselheiro Mafra 141
[13]	Bernado Francisco Machado	Rua Curitybanos
[14]	Bilmar Rodrigues	Rua Itajahy nº 12
[15]	Candida dos Santos	Rua Nova Trento
[16]	Carina Maria de Oliveira	Canto do Estreito
[17]	Carlos Buch	Rua Conselheiro Mafra
[18]	Carlos Gevaerd	Rua Felipe Schmidt
[19]	Carlos Krug	Estreito
[20]	Carmelino Neves	Rua nova Trento
[21]	Carmo Cardoso	Sacco dos Limões
[22]	Carolina Moraes	Praça General Osorio nº 15
[23]	Casemiro G. de Almeida	Rua Conselheiro Mafra 17-8
[24]	Catharina Gonçalves	Rua Luiz Delfino
[25]	Cecilia Faria	Praça 17 de Novembro 12
[26]	Celio Cardoso	Rua Generau Bittencourt nº 14
[27]	Diamantina Maria de Oliveira	Canto do Estreito
[28]	Dolores Pereira de Souza	Rua dos Coqueiros
[29]	Domingos Silva	Rua Nova Trento
[30]	Doralice Maria de Oliveira	Canto do Estreito
[31]	Dorvalina [Taboas]	Rua Sete de Setembro 9
[32]	Durvalina Maria de Souza	João Pessôa nº 165 (Estreito)
[33]	Edoviges Seibert	Rua Bento Gonçalves 15
[34]	Elza Eulalia Cardoso	Rua Bocaiuva 36
[35]	Emilio Müller	Rua Felipe Schmidt
[36]	Erico Amorim	Rua Duarte Schutel nº 13
[37]	Estaneslau Mirasky	Rua Duarte Schutel [43]
[38]	Euphrasina Leopoldina Alves	Rua Padre Roma 25
[39]	Feliciano Joaquim Caetano	Rua Duarte Schutel
[40]	Felix Manoel dos Santos	Rua Araranguá
[41]	Felix Mirasky	Rua Duarte Schutel 23
[42]	Francisca Alves	Rua Padre Roma 25

[43]	Francisca Silva	Rua Frei Caneca 31
[44]	Francisca Tavares Borge	Rua Jose Veiga 14
[45]	Francisco Fiedler	Rua Hoepcke
[46]	Geny Santos	Rua Padre Roma nº 25
[47]	Germano Haertel	Rua Itajahy
[48]	Gertrudes Fraga	Rua Silva [Jardim]
[49]	Heluiza Vianna	Rua Bocayuva nº 146
[50]	Henrique Behr Filho	Rua Hepcke [4]
[51]	Henrique Selinke	Avenida Rio Branco
[52]	Henrique Truppel	Avenida Rio Branco
[53]	Horato Willaim	Rua Hoepcke 14
[54]	Jacob Willaim	Rua Hoepcke
[55]	Jandyra Soares	Rua Conselheiro Mafra
[56]	João Eulalio da Silva	Rua Felipe Schmidt
[57]	João Fermino de Oliveira	Rua Ararangua
[58]	João Fernandes Coelho	Rua Hoepcke
[59]	João Manoel de Souza	Rua Duarte Schutel
[60]	João Martins da Silva	Sacco dos Limões
[61]	João Minervino Vicente	Rua Duarte Schutel
[62]	João Pedro Forthomp	Rua digo Districto da Trindade
[63]	João Steppat	Rua São José 88
[64]	Joaquina Leopoldina Pereira	Rua Fraternidade 26
[65]	José Alves de Barros	Rua Almirante Alvim 24
[66]	José Medeiros	Rua Almirante [Lamego]
[67]	José Schlegel	Rua Hoepcke
[68]	José Subierajsky	Avenida Rio Branco
[69]	Jovina Francisca Rodrigues	Rua Itajahy 12
[70]	Julia Quint	Rua Duarte Schutel 11
[71]	Kurt Becker	Rua Felipe Schmidt 197
[72]	Manoel Alves	Rua Felipe Schmidt
[73]	Manoel dos Santos Magano	Estreito
[74]	Manoel Pedro da Silveira	Rua Almirante Lamego
[75]	Manoel Prostorino	Rua Rita Maria
[76]	Marcelino Antonio Pereira	Sacco dos Limões
[77]	Maria Albertina de Amorim	Rua Nerêu Ramos nº 88
[78]	Maria Apriletti	Rua Bento Gonçalves nº 49
[79]	Maria Catharina da Silva	João Pessôa (Estreito)
[80]	Maria de Lourdes Coelho	Rua Hoepcke nº 10
[81]	Maria Eliza Tavares	Avenida Curitibaanos
[82]	Maria Luiza da Silva	Rua Nova Trento
[83]	Maria Nunes da Silva	Rua 24 de dezembro 20
[84]	Maria Ventura	Rua Bento Gonçalves 17
[85]	Martinha Anna Coelho	Ponta do [Leal]
[86]	Matia Lydia dos Anjos	Rua Almirante Lamego 40
[87]	Miguel Müller	Rua Felipe Schmidt
[88]	Miguel Subierasjsky	Avenida Rio Branco

[89]	Olga Kenchescki	Rua Cruz e Souza
[90]	Olydia Cardoso	João Pessôa nº 165 (Estreito)
[91]	Olympio José Cardoso	Rua Bocaiuva 3b
[92]	Osmar Cruz	Rua Cruz e Souza nº 2
[93]	Osvaldo Cassimiro de Almeida	Rua Lages s/n
[94]	Patricio Antonio de Oliveira	Canto do Estreito
[95]	Paulo Dionisio	João Pessôa (Estreito)
[96]	Paulo Freiburger	Rua Duarte Schutel
[97]	Paulo Krapp Jr	Rua Alvaro de Carvalho nº 2
[98]	Pedro Eulalio da Silva	Avenida Rio Branco
[99]	Placido Luz	Rua Blumenau 52
[100]	Roberto C. de Amorim	Estreito
[101]	Sabino Souza	Villa Aldo Luz
[102]	Theotino Alves	Rua Padre Roma 25
[103]	Ursulina Simas	Villa Nerêu Ramos
[104]	Vergilio A. da Silva	Coqueiros
[105]	Vivente de Paula Ferreira	Rua Lages s/n
[106]	Waldemar Demaria	Estreito
[107]	[Wiridomar] L'home	Rua Duarte Schutel

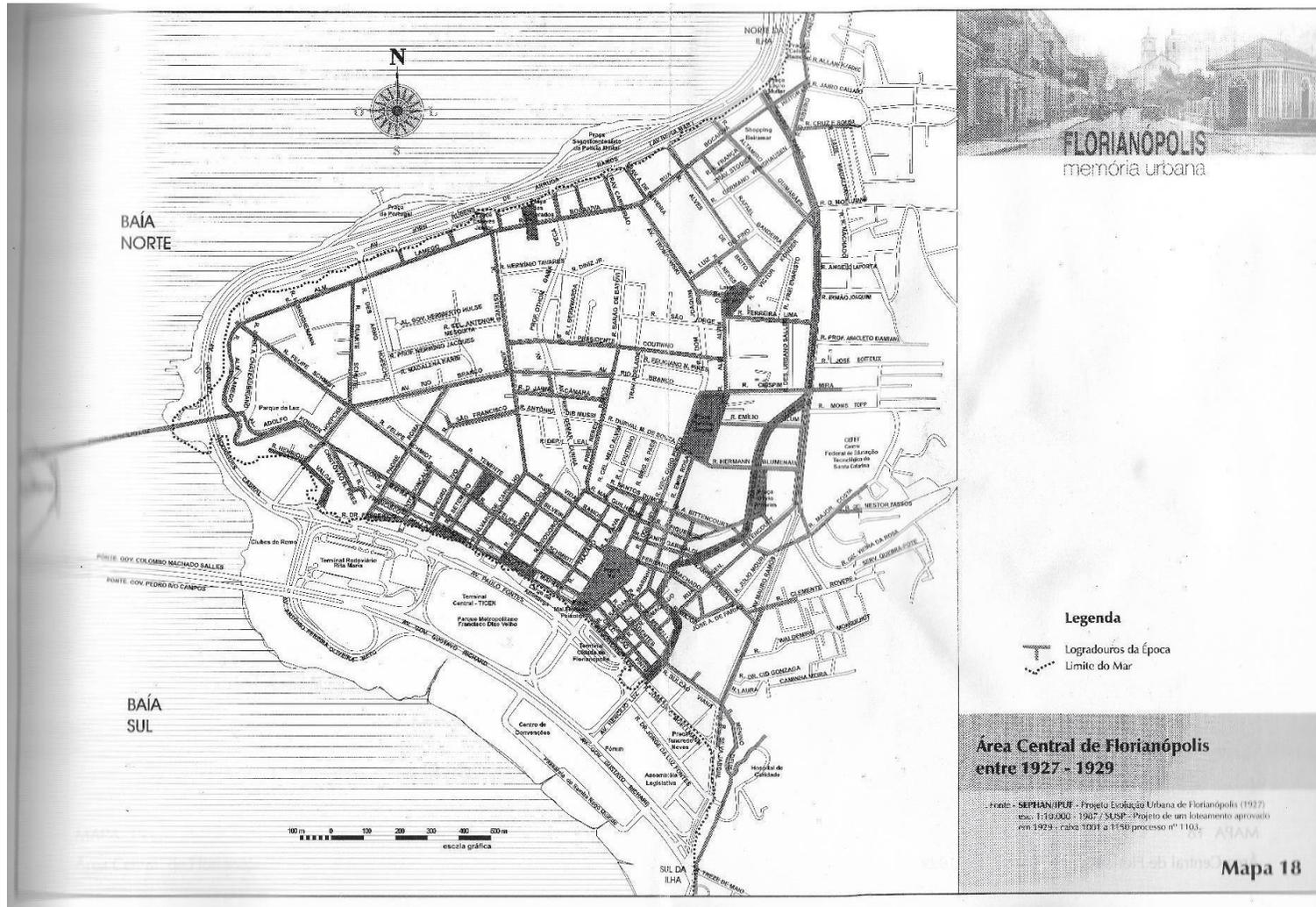
Fonte: CENTRO DE MEMÓRIA INSTITUTO CARL HOEPCKE. Livro de Registro de Funcionários [da Fábrica de Pontas Rita Maria (c. 1928-c. 1932)].

## ANEXO D – Residência numeradas de acordo com o Anexo C



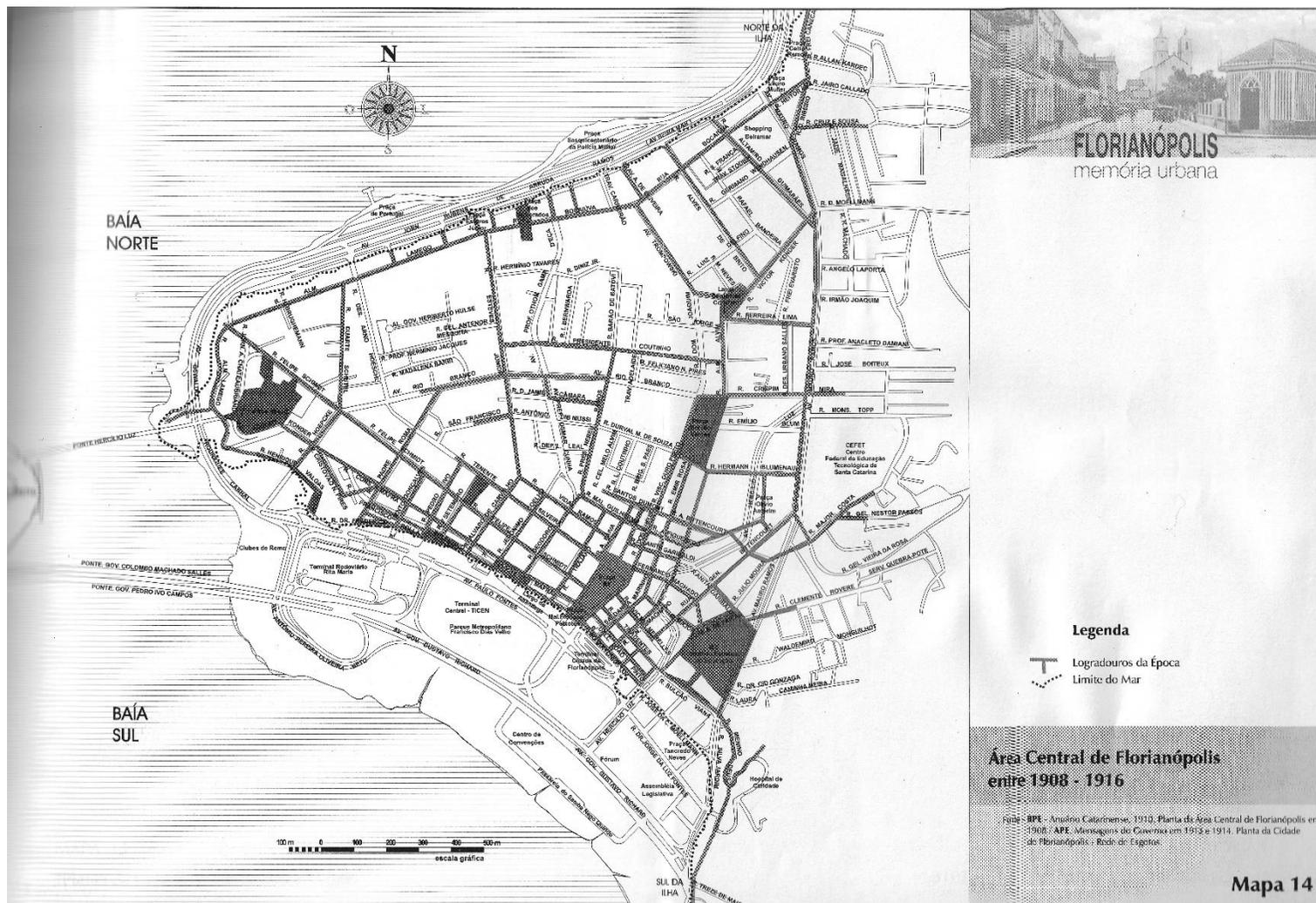
Fonte: Elaborado pela autora a partir do Livro de Registro de Funcionários [da Fábrica de Pontas Rita Maria (c. 1928-c. 1932)].

## ANEXO E – Área central de Florianópolis entre 1927 - 1929



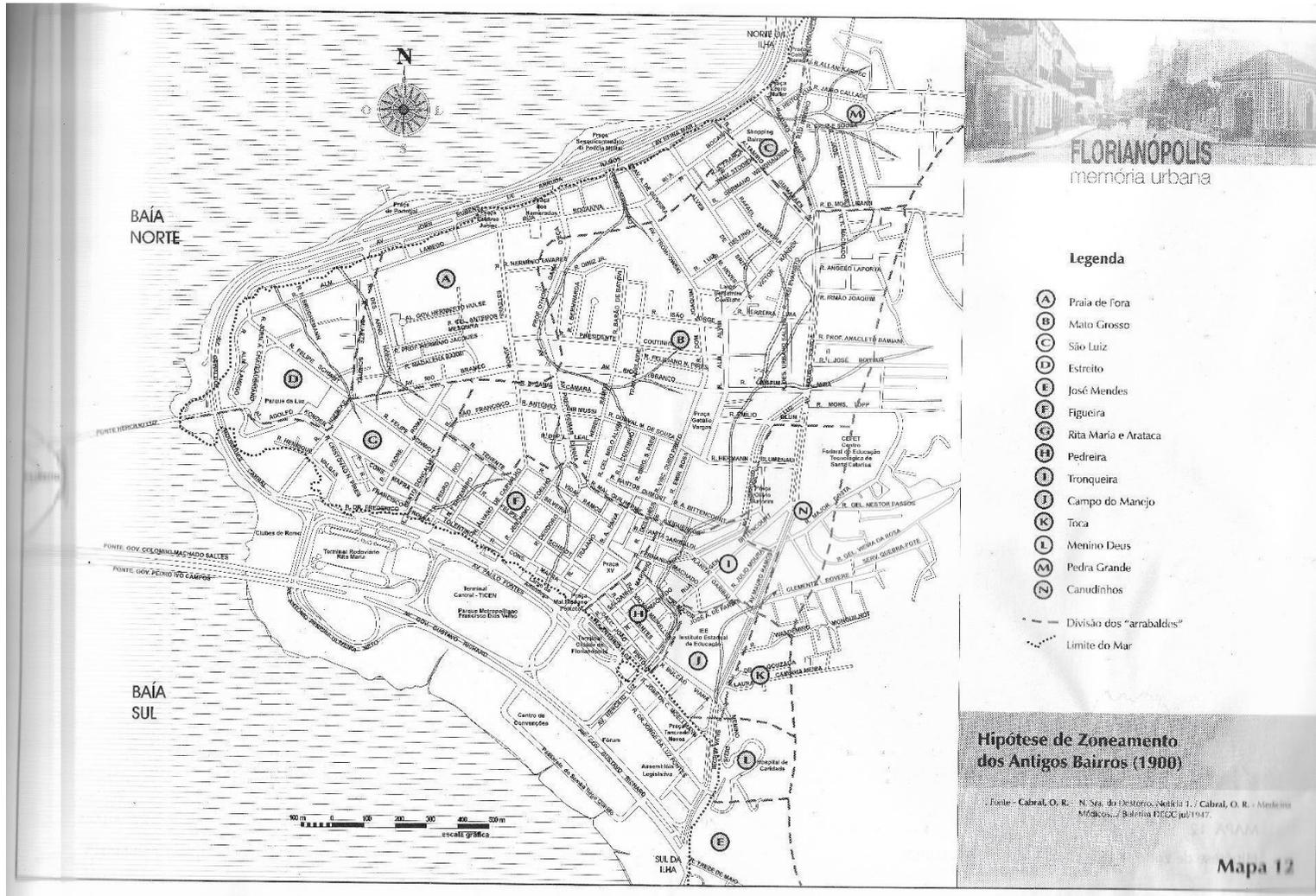
FONTE: VEIGA (2010)

## ANEXO F - Área Central de Florianópolis entre 1908 – 1916



Fonte: VEIGA (2010)

ANEXO G - Hipótese de zoneamento dos antigos bairros (1900)



FONTE: VEIGA (2010)

**ANEXO H - Casas entre a Tronqueira e o Campo do Manejo, início do século XX**



Fonte: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (apud SANTOS, 2009, p. 91)

**ANEXO I - Visão do trapiche Rita Maria, anos de 1920**



Fonte: Coleção ELS (Velho Bruxo)

**ANEXO J - Residência dos trabalhadores(as) da Fábrica de Pontas “Rita Maria” (Ilha), em sobreposição ao projeto para a rede de esgotos de Florianópolis (1913)**



Fonte: Elaborado pela autora a partir do Livro de Registro de Funcionários [da Fábrica de Pontas Rita Maria (c. 1928-c. 1932)]

Fonte: “Planta da Cidade de Florianópolis”. Projeto para rede de esgoto – 1913. In: Mensagem de Governo em 1913 e 1914 (IPUF)

**ANEXO K - Transporte de pessoas entre a Ilha e o continente, início do século XX**



Fonte: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (apud SANTOS, 2009, p. 456)



Fonte: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (apud SANTOS, 2009, p. 456)